



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO
HUMANA



MARGARETH SILVA RODRIGUES ALVES

A “Casa da Roda” de Cabo Frio no período de 1830 a 1900

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Esther Maria de Magalhães Arantes

Rio de Janeiro
Dezembro de 2009

“Sem vosmece em meo caminho
Estou sempre tan sozinho
Rhios passam e non regrhessan
Guadallupe, meu ammor,
Igal ao rhio
Oje sinto immença dhor por não ter lle”

(Transcrição de bilhete encontrado dentro de um dos documentos pesquisados)

Dedico esta dissertação aos meus exemplos de vida, Pe. Frei Waldemar Schweitzer, meus pais Carlos Pereira da Silva (in memória) e Maria Aparecida de Araújo Silva (in memória) e à tia Neida de Araújo. Às razões do meu viver, minhas meninas: Brunna Maria Silva Alves, Ana Raísa Silva Alves, Júlia Silva Alves e Bruno Rodrigues Alves Carvalho, que sempre me estimularam no decorrer da vida. Estas pessoas com muita sabedoria, paciência, bom senso e dedicação estiveram ao meu lado me encorajando nas horas difíceis e me aplaudindo nos momentos de glória. Obrigada Frei Waldemar, pela grande amizade e carinho, e aos meus pais, fonte de inspiração, apoio e ensino diário, saudades!

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Carmen Cenira dos Santos Paiva, Nádia Marysa Ribeiro, Márcio Werneck da Cunha (in memorian), Paulo Roberto de Araújo, Patrícia Santiago Dias e Vera Lúcia Ribeiro Trelu, que me acolheram e me ensinaram que um relacionamento só se constrói em cima de bases sólidas. Meus queridos, obrigada por fazerem parte da minha vida, por serem pessoas íntegras, profissionais exemplares e amigos sinceros.

AGRADECIMENTOS

Á Deus por estar sempre presente em nossa caminhada.

À Nossa Senhora pela constante intercessão em nossa vida.

À Professora Dra. Esther Maria de Magalhães Arantes, orientadora desta Dissertação, por todo empenho, sabedoria, compreensão e, acima de tudo, exigência. Gostaria de ratificar a sua competência, participação com discussões, correções, revisões, sugestões que fizeram com que concluíssemos este trabalho.

À Professora Dra. Estela Scheinvar, co-orientadora desta dissertação, por sua ajuda e interesse, avaliação e sábias idéias.

A Professora Dra. Silvana Mendes Lima e ao o Professor Dr. José Francisco de Moura por aceitarem participar da Banca de Defesa desta Dissertação, proporcionando discussões e sugestões que serviram para crescimento, aprendizado e incentivo à pesquisa.

Aos meus queridos amigos e companheiros de trabalho Antonia Bernardete, Carla Loyola, Cristina Melo da Rocha, Marlene Maria da Conceição, Márcia Ramos, Renata Mahaut, Roni Robson Rodrigues, pela colaboração e estímulo na realização desta pesquisa.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio, Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, aos Ex presidentes da mesma, Luis Geraldo Simas de Azevedo, Acyr Silva da Rocha, Waldir Aguiar e Jânio Mendes. Ao Vereador Silas Rodrigues Bento e Aires Bessa de Figueiredo pela compreensão e apoio.

Aos Funcionários da Câmara Municipal de Cabo Frio, Paróquia Nossa Sra. D`Assunção, Biblioteca Nacional, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado de Cagliari – Itália, Torre do Tombo – Lisboa, Universidade de Coimbra, pela agilidade e auxílio que permitiram a realização deste estudo.

Ao Professor João Anderson de Oliveira Bustilho e Lemir Bustilho pelas sugestões e discussões nos intervalos do trabalho.

Ao ex Secretário Municipal de Fazenda da Prefeitura de Cabo Frio, Sr. José Augusto Corrêa e ao atual Secretário, Professor Clésio Guimarães, por terem acreditado e viabilizado o Projeto Memória Fazendária, com isso, toda a população tem sido beneficiada com o resgate da memória histórica

À Chefe de Gabinete da Câmara Municipal de Cabo Frio, Nazareth de Paiva, pelo entusiasmo e otimismo contagiante na administração das agendas e compromissos relacionados ao Projeto Vivenciando o Legislativo.

À Diretora da Escola Márcia Francesconi Pereira Prof^a. Marilete Boy, à dirigente do turno noturno Prof^a. Fátima Motta, Prof^a. Tânia Cristina Medeiros e aos demais companheiros professores e alunos, minha gratidão por entenderem as ausências decorrentes dos estudos na UERJ.

À Ana Carla de Freitas Miranda, Almir Dias, Ana Clara Santiago Dias, Cristina Sayão, Maria Eduarda Abrunhosa da Silva Caridade, Ricardo e Eliane Araújo da Silva, Huber Parreira dos Santos, Rodrigo de Jesus, Sonia Maria Santos Silva, Tereza Samerson e Vinicius Parreira dos Santos, por tornarem factível a realização deste trabalho sendo prestativos, dedicados, amigos e companheiros e competentes.

Ao Senhor Oswaldo Alves, Jorge Faria, Priscila, Lane Viter, Tatiane, integrantes do Centro de Terapias Vida Saudável, pela amizade e companheirismo.

Aos meus familiares que sempre me deram amor e força, valorizando meus potenciais.

A todos os meus amigos e amigas que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação.

A todas as pessoas que, contribuíram para a execução dessa Dissertação de Mestrado.

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação tem por objetivo o estudo da criação da Roda dos Expostos da cidade

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: Os Expostos, segundo Don Luys Brochero.....	17
1.1: A Rodas de Expostos no Brasil.....	21
Capítulo 2: Contexto Brasileiro.....	29
2.1: A Sociedade Cabofriense.....	33
Capítulo 3: A Casa da Roda Instituída na Corte.....	44
3.2: A Instituição da Casa de caridade de Santa Izabel de Cabo Frio – Charitas.....	46
Conclusão:.....	61
Bibliografia.....	64
Anexos.....	67

de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, bem como o estudo de sua trajetória. A Roda de Cabo Frio, instituída em 1835, prolongou-se até meados da década de 1930.¹

Não há dúvida quanto à importância de estudos e pesquisas relacionados a esta instituição, em virtude do papel assistencial, de natureza caritativa, desempenhado no Brasil Colônia e Império.

Apesar de existirem informações acerca da criação e permanência da Roda dos Expostos em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, dentre outras cidades brasileiras, sobre a Roda instalada em Cabo Frio no início do século XIX não há referência bibliográfica conhecida ou disponível.

Para o estudo da criação e trajetória desta Casa da Roda utilizamos, prioritariamente fontes primárias, em virtude da existência de documentos, ainda inéditos, nos Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio. Todavia, a pesquisa bibliográfica também foi utilizada no sentido de dar consistência teórica e analítica ao estudo realizado.

Cabe assinalar que não teria sido possível o estudo da história da Roda dos Expostos de Cabo Frio sem a transcrição paleográfica da documentação, que se encontrava em estado avançado de fragmentação, além da grafia em português arcaico.

Assim, para o minucioso estudo da documentação primária julgamos ter sido imprescindível nossa formação na área da Paleografia e Diplomática, História e Restauro de Documentos Antigos, em virtude da grafia arcaica e do já mencionado estado de adiantada fragmentação da maioria dos documentos.

Introduzimos tais informações no sentido de prestar esclarecimentos quanto à transcrição de um dos mais importantes documentos utilizados neste trabalho, a saber, o livro de Atas da Câmara Municipal de Cabo Frio de 1830, que demandou nada menos do que três anos de árduo trabalho de recomposição. Tal documento, de grande relevância para o estudo da Roda dos Expostos, contém informações importantes sobre a instalação e funcionamento da Casa da Roda no município. Assim, além da transcrição completa do livro de cerca de 500 folhas, fizemos a indexação toponímica, que não será incluída neste trabalho, mas tem como objetivo auxiliar também a pesquisadores de diversas disciplinas, encontrando-se disponível para consulta no Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio.

1 Não tem como precisar a data de fechamento da Casa da Roda. Nos últimos anos a mesma toma novas feições, passando a atender doentes da comunidade cabofriense.

A prática do abandono sempre nos instigara muito, uma vez que durante toda a infância vivemos ao lado de um orfanato, com isso, eu e meus irmãos éramos sistematicamente ameaçados de sermos dados a criar naquele estabelecimento, caso não obedecêssemos a nossos pais.

Convivíamos com os órfãos, durante as aulas de catequese, duas vezes na semana e nas missas dominicais ministradas na capela daquele orfanato denominado Educandário São Francisco, situado na cidade de São Lourenço, Minas Gerais.

Na fase adulta, pensávamos que tal questão havia se perdido nos recôncavos da memória, mas, em decorrência do trabalho à frente do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio, ao nos depararmos com documentos referentes à “Casa de Caridade”, ou seja, da Casa da Roda, as recordações da infância vieram à tona. No entanto, o que verdadeiramente nos impulsionou para o estudo mais aprofundado acerca da instituição da Roda dos Expostos foi o fato de ter-nos sido “presenteado”, por um segurança da Casa Legislativa, segundo suas palavras: “uns papéis velhos”, que lhes foram dados para queimar e que o mesmo guardara por mais de vinte anos.

Após a higienização dos tais “papéis velhos”, passamos para a numeração das páginas e ordenação das folhas. Em seguida, fizemos a transcrição paleográfica do documento, datado de 1842.

Pronto para a pesquisa, o documento demonstrava relatórios de despesas e receitas da Casa de Caridade, nomes dos benfeitores da instituição e outras informações preciosas, que instigavam a pesquisa em outros documentos para cruzamento de dados.

Não tivemos alternativa, a não ser a de nos entregar de corpo e alma à pesquisa, por vezes dolorosa e angustiante, principalmente ao nos depararmos com os bilhetinhos, normalmente presos às roupinhas dos bebês; escritos pelas mães que, com o coração apertado, depositavam seus filhos à Roda.

Partindo para a pesquisa de campo recorremos, além dos documentos pertencentes ao acervo da Câmara Municipal de Cabo Frio e de particulares, ao Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Torre do Tombo-Lisboa, Portugal.

A metodologia aplicada a esta Dissertação teve como foco a interpretação através da pesquisa acadêmica dos fatos pertinentes à instituição Casa da Roda. Utilizamos prioritariamente fonte primária, visto a quantidade de documentos existentes sobre o tema envolvendo a trajetória da instituição, embora, como dissemos, os textos dos autores que também escrevem sobre a temática da Roda nos tenham sido valiosos. Neste sentido, a

pesquisa bibliográfica foi utilizada para embasar e dar consistência aos nossos estudos. Autores como Maria Luiza Marcílio, Lilia Lifchitz Moreira Leite, Lana Lage da Gama, Renato Pinto Venâncio, Mary Del Priore, Irma Rizzini e Esther Arantes serviram de alicerces para a interpretação adequada da documentação original existente sobre o tema, por abordarem questões que envolvem as crianças expostas, bem como autores voltados para a pesquisa demográfica utilizados em virtude da relevância do tema.

Consideramos imprescindível apresentar, ao final, fotografias de documentos, bem como a transcrição integral de alguns textos de Luis Brochero², que em muito podem contribuir para diversas pesquisas históricas voltadas para a exposição de crianças.

Maria Luiza Marcílio, em seus estudos acerca da criança exposta, dimensiona bem a questão da criança que inicialmente era abandonada nas ruas, em portas de residências e que após a instituição de locais de recolhimentos passa a ser deixada nas Rodas instaladas em tais estabelecimentos, enfatizando que a Roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, evitando-se, na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a Roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado antes do casamento.³

Os estudos de Philippe Áries, em: A História Social da Criança e da Família, indica que a cultura ocidental desenvolveu gradativamente uma sensibilidade particular para com as crianças desde o final da Idade Média com tendência a valorizá-las, abrindo então um olhar diferenciado para a pesquisa sobre a história da infância.

Acreditamos que o presente trabalho possa contribuir para um maior entendimento da relação poder público/crianças expostas. Isso por que embora as obras citadas neste trabalho tenham reconhecido mérito, faltam ainda estudos sistemáticos que analisem como os municípios se articulavam com instâncias superiores de decisão com relação às instituições que abrigavam as crianças “enjeitadas”. As atas das Câmaras municipais constituem, portanto, um acervo valioso para compreendermos o cotidiano do poder em nível regional.

Os livros de Atas são fontes seriadas que se prestam a um estudo pormenorizado de como as elites locais se formavam em torno de quais interesses elas se mobilizavam e, principalmente, como estas elites se relacionavam com as altas esferas da política e com a

² BROCHERO, Luis. La Niña Abandonada, exposta en la Casa de la Roda. La Palma, Jurisdicción de Santa Fé – Colômbia. Estudou nesta cidade e

após estabeleceu-se na Espanha onde foi assessor do Cabildo Eclesiástico de Sevilha e escreveu as Seguintes Obras: Discurso

sobre el uso de los chochos. Discurso sobre la prohibición Del duelo. Discurso sobre el uso de

apenas los niños y em favor de los expósitos, datado de 1629.

A leitura das Atas da Câmara Municipal, bem como da documentação existente no Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio aponta para a estrutura organizacional do Estado Imperial. O integrante das primeiras câmaras brasileiras era, em geral, o rude colonizador, que alcançara projeção e responsabilidade.

A seguir, apresentamos a estrutura da Dissertação que foi composta em três capítulos, além desta introdução, da conclusão e dos anexos.

O primeiro capítulo aborda a situação dos expostos e a Roda de Expostos.

Para a construção deste capítulo foi de grande valia os estudos acerca da obra de Dom Luis Brochero (1629): "Discurso Breve Del uso de exponer los niños", que nos permitiram entender a origem da exposição de crianças na antiguidade. Tal documento também demandou exaustivo trabalho de transcrição paleográfica, por ter sido escrito em espanhol arcaico e de difícil leitura, decorrente das fragmentações e borrões provocados por intempéries, a que por certo esteve exposto o documento original.

Autores como Marcílio (2006) e Ariès (1978), nos levam a compreender que durante toda a história da sociedade, a pobreza sempre foi uma das principais causas do abandono.

A obra de Foucault trouxe importante contribuição para esta Dissertação, pois permite a desnaturalização de certas práticas, tidas como naturais, mas que ele demonstrou serem

construções históricas. O Exposto somente existe como alvo de algum cuidado em relação a

ele, na medida em que se constrói uma instituição que age na assistência desta criança.

O modelo brasileiro da Roda de Expostos originou-se na Europa, na Misericórdia de Lisboa, Portugal.

As Rodas de Expostos somente existiram, porque as Misericórdias aceitaram administrá-las ou foram forçadas a isso. Foram instituições essencialmente urbanas.

No Brasil, Marcílio (1998), Rizzini (1993) e Leite (1997), constataram três fases distintas com relação ao desenvolvimento da assistência ao menor desvalido: a primeira fase,

de caráter caritativo, foi até meados do século XIX. A segunda fase evoluiu para o caráter

filantrópico e a terceira surge na última década do século XX e é a fase do "bem estar social", marcada pela intervenção do Estado na Assistência e proteção da criança desvalidas

O segundo capítulo relata a história de Cabo Frio, a origem do cabofriense, situando sua importância política, econômica e social à época.

Anterior a fundação de Cabo Frio em 1615, foram estabelecidas duas povoações:

a feitoria de Américo Vespúcio, em 1503 e a de Santa Helena, fundada por Constantino de Meneláu.

Estevão Gomes foi nomeado primeiro governador da povoação de Nossa Senhora D'Assunção de Cabo Frio, que foi fundada em 13 de novembro de 1615.

Segundo Massa (1980), o cabofriense, como a maioria dos brasileiros, é produto da miscigenação do europeu, do indígena e do negro⁴.

Com as migrações portuguesas e com a vinda de escravos aliados aos índios da região, Cabo Frio desenvolveu-se a ponto de ser conhecido como “celeiro da Baixada Fluminense”,

conquistando a categoria de vila, por Alvará Régio de 8 de maio de 1815.

Houve a fase áurea do açúcar em Cabo Frio e sua importância foi tão grande que

chegou a fazer as vezes da moeda da época⁶. Cabo Frio chegou a ter 19 engenhos de açúcar.

O sal também representou importante contribuição à economia de Cabo Frio e da região, apesar de por muito tempo ter sido utilizado o processo primitivo. Produziram tanta

abundância de sal, que podia sustentar bem a capitania do Rio de Janeiro.⁷

O Terceiro capítulo trata do objeto de pesquisa em si, os expostos e a Roda em Cabo Frio.

A Roda dos Expostos existiu na França, em Portugal e demais países católicos da Europa e foi trazida para o Brasil no século XVIII. Foi uma das instituições brasileiras de

maior longevidade, somente sendo extinta ao final da década de 1940.

Ao ser retirada da Roda a criança era identificada. Normalmente trazia consigo preso à roupa escrito seu nome e se fora batizada. Era registrada em ficha individual e imediatamente recebia o sacramento caso fosse pagã.

No século XVIII, no período colonial, foram instaladas três Rodas de Expostos no Brasil. A primeira em Salvador, outra no Rio de Janeiro e a última em Recife.⁸ As demais

Rodas foram instaladas no século XIX. No estado do Rio de Janeiro, especificamente, foram

instaladas 3 Rodas: a da Capital, a cargo da irmandade da Santa Casa da Misericórdia e as de

Cabo Frio e Campos – estas duas últimas menos conhecidas e estudadas.

4 MASSA, Histon. Cabo Frio, Histórico – Político. In livro. Cabo Frio, 1980.

5 Idem, pág. 73.

6 Apud: MONT ALEGRE, Omer. Açúcar e Capital (Coleção Memória Histórica da Cidade De Cabo Frio p.220 – apostila

7 Memória Histórica da Cidade De Cabo Frio p. 63

8 Carvalho, 2009 p. 63

- 1797

Capítulo 1

1- Os Expostos, segundo Don Luys Brochero

“O objeto de madeira fria e crua fez a função de aconchego materno para muitas crianças, inclusive meu avô.

A Roda foi minha bisavó de ‘madeira’. Ela é fria, sem vida, sem amor.”(Eschiletti,2005)⁹

Para compreender a origem da exposição de recém-nascidos cabe mencionar o “Discurso breve Del uso de exponer los niños”, de autoria de Luis Brochero¹⁰, proferido em

Sevilha em data de vinte e sete de outubro do ano de 1629 (mil seiscientos e vinte e nove) que

discorre sobre a questão da origem da exposição de crianças nas antiguidade.

O discurso de Don Luis Brochero, foi dedicado à Don Mateo Vazquez de Leca, Arcediano de Carmona e Canônico da Santa Igreja de Sevilha. O Texto está dividido em doze capítulos e falam sobre o costume da exposição nas sociedades antigas.

Brochero se refere ao costume da exposição nestas sociedades, a mística acerca da

exposição e as diferentes práticas a respeito da integração da infância.

Brochero menciona também personagens históricos importantes, cuja origem é desconhecida e que foram expostos:

“(…)De los insignes expósitos, que han aydo y de los naturales y bastardos “los hombres más célebres” que refieren las historias. Jupiter, Neptuno, Escolapio y Cibeles. Romulo, Remo, Cyro Rey de Persia, Semiramis Reyna dy Babilônia,...” (1629; p. 17v)

Brochero confere à exposição um caráter antigo confundido com a mítica da sociedade greco-latina. Desde as perspectivas do direito a partir das fontes bíblicas e a dos

pensadores do Império Romano, o autor indica as diferentes controvérsias sobre a presunção da legitimidade dos expostos, o exercício do pátrio poder, a obrigação dos filhos para com os

pais que os abandonaram e para com os que os adotaram; a pena impingida aos que expunham; a responsabilidade penal das mães.

A partir da autoridade dos antigos legisladores romanos, Brochero estabelece a equivalência entre aborto, a exposição e o infanticídio .

⁹ ESCHILETTI, Homero Farias. Filho di Nessuno. Ed. Est. Porto Alegre, 2005, p. 86

¹⁰ BROCHERO, Dom Luis, era natural de La Villa de La Palma, Jurisdição de Santa Fé – Colômbia. Estudou nesta cidade e após estabeleceu-se na Espanha onde foi assessor do Cabildo Eclesiástico de Sevilha e escreveu as Seguintes Obras: Discurso sobre el uso de los choches; Discurso sobre La prohibición Del duelo; Discurso sobre el uso de exponer los niños y em favor de los expósitos.

Brochero compara as mães que expõem seus filhos às fêmeas do reino animal, visto que as bestas protegem suas crias dos ataques e perigos utilizando seu próprio corpo, ao passo que as mães que expõem seus filhos os condenam a morrer e não alcançam nem mesmo o patamar das feras. Com isso, enfatiza:

“...mãeres que exposiessen hijos, fuessea castigadas como homicidas: Porque que es entregallo a La muerte, o la suerte y fortuna de encontrar una voluntad piadosa que lo reciba? [...] o lo que dijo Justiniano en la dicha ley y que no es otra cosa que exponer a un niño, que tener quasi esperanza de su muerte[...]” (Brochero, 1627; p. 25) 1 1

O Mestre Fray Luys Moyano, assina o prefácio da publicação do discurso de Brochero, expondo a importância do texto: “Composto pelo licenciado Don Luys Brochero, que com zelo de piedade mostra a este propósito ensina a Sagrada Escritura, teologia, e direitos: e não só não tem coisa contra nossa fé, mas trata este argumento grave, douta e eruditamente, ilustrando-o com resoluções de algumas dificuldades proveitosas para o fim deste discurso, e acomodadas para avivar e conservar o efeito e cuidado desta obra pia de ajudar com esmolas as crianças expostas.” 2

Tal discurso tinha como propósito despertar os ânimos cristãos o cuidado e afeto de ajudar com esmolas as crianças expostas. Em Roma, “en los tiempos fiernos, es singular proveito en que se fomentam com esmolas e assim “sanguinolentos”, em virtude de que eram expostos ainda cheios do sangue do parto. Tal fato era motivo para que os expositores sofressem rigorosos castigos e também fossem chamados de “sanguinolentos” os que expunham seus filhos.¹⁴

Todavia, não recebiam o rótulo de sanguinolentos os pais que vendiam seus filhos, uma vez que o imperador Constantino instituiu que os pais que se achassem em extrema necessidade poderiam vender seus filhos sanguinolentos, entende-se os recém nascidos.

Da mesma forma o senhor que tivesse escravo recém-nascido e se encontrasse em extrema necessidade deveria vendê-lo e não expô-lo, em decorrência de que Rômulo instituía que não poderiam ser expostas as crianças menores de três anos: ainda que em Roma fosse usual expor os enfermos de qualquer idade.

Segundo Brochero, a sociedade espartana eliminava as crianças portadoras de deficiências por serem inaptas para as batalhas e guerras, assim, como também entre os

11 RAMIREZ, María Hímeda. Los Discursos sobre el abandono a La infancia em La sociedad Barroca De Santa Fé de Bogotá, Siglo XVII. Artigo de investigação científica e tecnológica. 2005.

12 Minha transcrição paleográfica

13 BROCHERO, Luiz. Discurso Breves Del uso de exponer los niños. Arcebispado de Carmona, Dignidade, y

14 BROCHERO, Luiz. Discurso Breves Del uso de exponer los niños. Número V. De La Edad em que antiguamente exponian a los Niños y como Le ponian

romanos a prática de sacrificar crianças deficientes e as do sexo feminino eram aceitáveis e até recomendadas

A própria Bíblia registra passagens evidenciando a prática do abandono, como foi o caso de Moisés e o infanticídio, como é descrito por Brochero, que enfatiza o fato de que quando os hebreus estavam cativos no Egito, o Faraó ordenou que as parteiras matassem todos os filhos dos hebreus assim que nascessem. Tal fato estimulava a exposição de recém-nascidos, uma vez que seria o único modo de preservar as gerações futuras daquele povo, apesar de que expor crianças era uma prática execrável¹⁵, porém, para os hebreus matar ou expor seus filhos tinha a mesma conotação¹⁶.

Brochero cita ainda Plutarco, destacando que o mesmo afirmara que na Itália passou-se muito tempo sem que fosse exposta nenhuma criança, em virtude de que as crianças eram procuradas para serem criadas, por veneração a Rômulo, que havia sido exposto.¹⁷

Reporta-se ainda a Dionísio Halicarnasso, historiador e crítico literário grego, nascido por volta do século I a.c.:

“(...) o próprio Rômulo constituiu uma lei para que ninguém se atrevesse a expor criança alguma como fosse varão, e das mulheres as primogênicas, nem que uns, nem os outros pudessem ser expostos, sendo menores de três anos, a menos que tivessem

Afirma ainda, que segundo Plutarco, a prática de expor crianças cessou, passando primeiro a cinco vizinhos os mais próximos, e que ser usual deixar crianças nos países de lugares públicos determinados. Segundo Brochero, os romanos costumavam separar as crianças, e que apesar de contrário, fora as outras considerar difícil uma lei do código Teodosiano, em que ordenando que os imperadores Honório e Theodosio proibiram que alguém desse a criar seus filhos a pastores, sob pena de que seriam castigados tais delinquentes, como encobridores, e acompanhantes de ladrões públicos, mas que bem se permitia que os desse a criar a homens rústicos e aldeões.²⁰ Era o caso que muitos abandonavam as crianças no campo, e os pastores os criavam com o leite do gado e depois os vendiam como escravos.

¹⁵ Idem página 2r

¹⁶ Idem página 2v

¹⁷ BROCHERO, Luiz. Discurso Breves Del uso de exponer los ninos. Arcebispo de

Carmona, Dignidade, y Canonigo de

¹⁸ Idem, Transcrição paleográfica feita

na Igreja de Sevilla, Fl. 3v

¹⁹ Idem ao 17- Fl.3v

direito

Consta ainda do mesmo código, por constituição dos mesmos imperadores: “eram os expostos escravos dos que os recolham e alimentavam”.

Brochero usa o termo “soledade”, cuja tradução em espanhol, bem como em português significa solidão, no entanto no contexto: “(...) de sorte usavam os romanos expor as crianças com defeitos e ‘soledades’”.²¹ Ou ainda: “(...)quem teria cuidado de ir nas ‘soledades’ a trazer as crianças para que não pudessem.”²² O primeiro nos remete mesmo a solidão, abandono, todavia o segundo sugere um local, o que é esclarecido: “(...)mas não eram só os romanos os que usavam este gênero de crueldade, que maior era a dos habitantes do Rio²³, que expunham seus filhos, às margens dos rios,²⁴ envoltos em paus, o escudo, para explorar se o parto era adulterino: o qual conheciam se o arrebatassem ou não as ondas.

Conclui Brochero: “Por muitas causas se compete a uma República acudir a uma obra tão pia, e necessária, como esta dos expostos porque foi o que disse Platão, Aristóteles e Ciceron, de que a educação, e criação das crianças olha diretamente o cuidado da República”.²⁵

1.1. As Rodas de Expostos no Brasil

Segundo Marcílio(1998), para os Romanos, o aborto de crianças era comum, e quanto às crianças livres:

Embora por lei elas não pudessem tornar-se escravas, abandonadas, foram reduzidas a essa condição. Outras, foram apenas servas, muitas das submetidas a abusos; algumas foram estropiadas (torciam-lhes os braços ou as pernas, quebravam-lhes

ainda, segundo estudos da autora (2000, p. 11), as Rodas surgiram com a apanha das confrarias de caridade que configuravam o espírito de sociedades de socorros mútuos, para a realização das obras de Misericórdia.

MARCÍLIO (1997, p.75) afirma que a Confraria de Caridade do Santo Espírito, nasceu em Montpellier no sul da França (entre 1160 e 1170, e foi fundada pelo Frei Guy, “para dar assistência aos pobres, aos peregrinos, aos doentes e aos expostos”.

2 1 idem

2 2 Idem - Fls. 4

2 3 A palavra Rio está grafada com “R”

2 4 Expunham seus filhos na ribeira do Rio

2 5 Brochero, última página sem numeração. Minha transcrição. Usei a palavra “olha” para traduzir mira, mas entendo que

Brochero usou-a no sentido de “focar” ou competir (“compete”)

Sensibilizado com a quantidade de bebês encontrados mortos no rio Tibre, o Papa Inocêncio III transferiu a Irmandade do Santo Espírito para Roma, criando o Hospital de Santa Maria. Nascia então o primeiro hospital que tinha como atividade precípua o acolhimento de crianças abandonadas e a assistência às mesmas, ao que reafirma Wood: “a

primeira roda instalada especificamente para receber crianças foi a do Hospital do Espírito Santo, em Roma no ano de 1198²⁶.” Foi instituído um sistema de proteção à criança exposta, que em seguida foi copiado por toda a Europa.

A expressão “Casa da Roda” originou-se em decorrência da forma cilíndrica do dispositivo onde era colocada a criança, que dividido ao meio por uma divisória, era fixado ao muro ou janela da casa. Ao ser depositada a criança enjeitada, o expositor girava a roda e a criança era recolhida imediatamente pela rodeira. A pessoa que depositava o bebê na roda retirava-se do local sem ser identificada.

A origem do cilindro rotatório de madeira vinha dos vestíbulos de mosteiros medievais, que eram usados como meio de se evitar o contato com os religiosos enclausurados. Através dele, os clérigos recebiam alimento, objetos e mensagens. Também crianças foram depositadas nas rodas dos mosteiros, por pais que pleiteavam o cuidado, o batismo e a educação dos monges, uma vez que não tinham condições de criá-las.

Deste modo, do uso das rodas dos mosteiros, surgiu então o uso da roda para receber os expostos, fixada nos muros dos hospitais que foram sendo criados a partir dos séculos XII e XIII, para cuidar dos meninos abandonados.

A Confraria do Santo Espírito, chegara em Portugal dedicando-se a acolher e a tratar dos peregrinos e doentes, distribuição de alimentos aos pobres, enterramento dos mortos, visitas a prisioneiros e o cuidado com os expostos.

Os mosteiros medievais recebiam crianças doadas por seus pais, para o serviço de Deus, os chamados oblatos,²⁷ muitos pais que queriam abandonar um filho, utilizavam a Roda dos mosteiros para nelas depositarem seus filhos. As famílias deixavam seus filhos na certeza de que os mesmos receberiam os sacramentos e uma educação aprimorada. Ao que contrapõe

Abbud²⁸, que através de seus estudos afirma que nesta época, a Igreja instituiu a “Oblata”,

uma forma de abandono institucionalizada, onde crianças eram doadas aos mosteiros com

dupla finalidade: uma espiritual: a doação garantia a felicidade na terra e no céu; outra prática:

²⁶ WOOD, Rosel. A.J.R. Fidalgos e Filantropos: p.

²⁷ BIOSWELL, J. Apud FREITAS, Marcos Cezar de. História Social da infância no Brasil. 3ª

²⁸ ABBUD, Katia Carvalho. Artigo – Criança – Sujeito de Direito - Artigo – Ed. CITEZ em 1997 in 6, 5º Projeto Criança.

evitava a fragmentação da propriedade e entre muitos filhos e garantia também a sucessão dinástica.

Pais de qualquer classe social poderiam doar seus filhos de até dez anos de idade e embora esses filhos não tivessem direito à herança, os mosteiros podiam receber legados. Esta forma de abandono substituiu o infanticídio praticado às claras.

Nas sociedades de Antigo Regime francês, Donzelot distingue três tipos de assistência aos pobres: os Hospitais Gerais e as reclusões para os vagabundos, a esmola individual para os mendigos, e as companhias de caridade organizadas em torno das paróquias para a pobreza envergonhada. Todas três são consideradas ineficazes, servindo para manter e até mesmo fazer proliferar a pobreza em vez de extingui-la.²⁹ (Donzelot 1986)

Venâncio, através dos estudos de Marcílio, constata duas realidades distintas no que tange ao abandono de crianças, uma diz respeito aos países europeus, nos quais o abandono de crianças foi quase que completamente erradicado; outra, à realidade da América Latina, onde o abandono permaneceu durante o processo de expansão do período colonial à atualidade.

A Europa do século XIX, atingiu proporções alarmantes com relação ao abandono de crianças. Assim, diversos países europeus gradativamente remodelaram o sistema assistencial e, paulatinamente, adotaram a política de apoio às mães pobres, com o intuito de impedir o abandono dos filhos.

Os esforços integrados da sociedade da Coroa e do Clero, deram origem às primeiras instituições de assistência às crianças abandonadas em Portugal.

A assistência aos expostos pelas Santas Casas de Misericórdia estava atrelada às Casas de recolhimento de expostos ou Casas da Roda, que mesmo sendo de pouca expressão no contexto brasileiro, era privilégio de poucos.

Os conventos, as casas de tolerância e os abrigos para as crianças abandonadas na França, nasceram e morreram quase ao mesmo tempo:

“No Século XVII, os conventos, sob o impulso da Contrarreforma, absorvem as mulheres celibatárias encaminhando-as a fins missionários assistenciais e educativos.

Ao mesmo tempo, São Vicente de Paula toma a iniciativa de centralizar os abandonos de menores, de dar uma finalidade estatal ao encargo desses menores, contra sua utilização pela corporação dos mendigos, que por meio de mutilações sem número, tornavam-nos objetos próprios a suscitar compaixão. Começa

igualmente a exclusão
29 DONZELOT, Jacques. A Polícia das Famílias. Editora Graal. 2ª Ed. Rio de Janeiro. 1986. p. 58
30 DONZELOT, Jacques. A Prostituta que não se acanhou. Ed. Graal. 1986. Pag. 27

especializados, são progressivamente proibidas de permanecerem na rua. No final do século XVIII e na primeira metade do século XIX a polícia organiza, por ela própria, o sistema de casas de tolerância, perseguindo as prostitutas solitárias, obrigando-as a entrar nas oficinas mantidas por cafetinas que dependiam diretamente da polícia.”³⁰ (Donzelot, 1986)

No decurso do século XVIII, com o aumento da população, principalmente nos centros portuários e os diferentes ritmos de crescimento no contexto colonial, foram determinantes na condição de vida das crianças.

Na área rural, raramente ocorria o abandono, na maioria das vezes os enjeitados acabavam adotados ou agregados por famílias abastadas³¹. No âmbito urbano, o ritmo das transformações provocava desequilíbrios, uma vez que era insuficiente o número de alojamentos para abrigar os forasteiros e era parco o mercado de trabalho livre. Com isso, tornou-se corriqueira a prática do abandono de crianças recém nascidas em calçadas, terrenos baldios, praias e até mesmo no lixo.

No Brasil, motivados por inquietação decorrente da crença de que as pobres almas não deveriam pagar pelos erros cometidos pelos pais e ainda, preocupados com a repercussão na sociedade, criou-se a prática estimulada pelas Câmaras Municipais de que qualquer pessoa que encontrasse um recém-nascido na rua ou que recebesse a criança das mãos dos próprios pais, deveria acomodá-la e batizá-la. Assim, estariam aptos a solicitar ajuda financeira às Câmaras.

Foram muitos os casos de crianças que foram abandonadas em portas de parentes e vizinhos ou de mães que levava o próprio filho a pia batismal, registrando-o como enjeitado.

As Rodas, no entanto, configuravam um sinal de civilização; a construção de espaços para o acolhimento dos “filhos do pecado” sinalizaria para o fim dos tempos da “barbárie”, tempos associados ao abandono de crianças à sua própria sorte.

A Roda, além da “caridade”, servia para ocultar as condições em que a criança fora gerada. O “exposto”, provável fruto de uma união ilícita, encontraria na Roda um lugar de socorro e acolhida.

A Roda constituía um meio de preservação das famílias e de salvação da sociedade e a não observação dos costumes produziria o afrouxamento dos laços familiares, arrastando a sociedade para a corrupção e miséria.³²

A Roda era vista como um “mal menor”, em vista do que poderia causar a exposição da mulher perante a sociedade e era considerada pelos higienistas como um mecanismo que contribuía para a manutenção do equilíbrio social.

Defendia-se a preservação da ordem social. Nessa ótica, elegia-se um perfil de mulher frágil, que demandava amparo e cuidado. Alguns estudos higienistas protegiam a mulher e

³¹ PRIORI, Mary Del apud. BARCELLAR, C.A.P. História das Mulheres no Brasil. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 190

³² GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, Roda e Mulheres: A Lógica da Ambigüidade Médico-Higienista In: Org.: Pensando A Família no Brasil. p.47

3 3
leito, 3 3
fructo dos prazeres na toalha do

Em contrapartida havia estudos demonstrando que a responsável pela exposição de crianças à Roda era a “mulher perdida”, ou a “mulher pública”, a prostituta, que era incorrigivelmente irresponsável para com a vida dos filhos. Costumava abortá-los; abandoná-los à Roda; expô-los à imoralidade de sua vida perversa; não amamentá-los e o que é pior, quando o fazia, envenená-los com o leite corrompido por doenças venéreas.”³⁴

Contudo, a maioria dos estudos concordam que a Roda permitia a preservação da “honra” das famílias.

As mães de aluguel, contratadas pela câmara para o cuidado dos “ex postos” podiam ser livres ou escravas, devendo o senhor assinar o termo de compromisso junto à instituição de assistência. Na verdade, nem sempre os senhores interessavam-se de fato pelo “negócio” da criação de enjeitados.

É comum nos bilhetes dos séculos XVIII e XIX exemplos de “expostos brancos” que foram abandonados em razão da pobreza dos pais. Mulheres que viviam no limiar da pobreza, não perdiam a esperança de mais tarde recuperar o filho exposto na roda.

A imagem da criança no período colonial era a de um anjinho ou de “filho incapaz” e era cindida da vida dos adultos.

As famílias estavam vinculadas a superstições e arcaísmos religiosos e consideravam uma dádiva a morte de um filho. Tal imagem foi recodificada pelos higienistas, frente a mortalidade infantil.

A Casa da Roda era a fonte estatística mais comumente utilizada como prova da mortalidade dos ilegítimos

A concepção da criança como entidade físico-moral amorfa e da educação higiênica era lugar comum nos estudos médicos sobre o tema. Assim, a instituição de bons hábitos na criança era sinônimo de disciplina e domesticação, ou seja, o interesse pelas crianças era um passo na criação do adulto adequado à ordem médica.³⁵

3 3 SANTOS, Delphino dos. Rio de Janeiro. Typ. Universal de Laemmert,
3 3 Costa Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Ed. Graal. 4ª edição. RH. 1999.
3 3 Costa Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Ed. Graal. 4ª edição. RH. 1999.
Página 265

A maioria das críticas feitas à mortalidade de “expostos” ilegítimos foi feita em meio a trabalhos médicos sobre amamentação. No período de 1830 a 1900, recorte que procedemos para uma melhor compreensão dos estudos acerca da Casa da Roda, diversas publicações foram realizadas com objetivo de “enquadrar” as famílias nos moldes idealizados pela burguesia, tais como: A Hygyene dos Escravos – David Gomes Jardim, 1847; Breves Vantagens do Aleitamento Maternal – Zeferino Justino, 1847; Amamentação Materna é quase sempre possível – José Henrique de Medeiros, 1847; Alguns Gêneros de asphyxia das sciências médicas – Geruzio Pinto Candido Lara e Goes, 1850; Do infanticídio, expondo-se, do modo mais

23

No período colonial, foram poucas as modificações na organização e planejamento das políticas de saúde para a população. As instituições já estabelecidas em Portugal foram transferidas para o Brasil.

O representante da fisicultura³⁶ era o Cirurgião-Mor e o Físico-Mor do Reino, que eram os responsáveis pelo estabelecimento de regimentos sanitários, alvarás e provisões para serem executados no Brasil.

Na Casa da Roda, bem como nas escolas, ou quaisquer lugares onde as crianças eram dadas a qualquer tipo de instrução, o médico indicava sempre a forma de cuidá-los, protegê-

los e manipulá-los como demonstra Gondra ao mencionar a Seção 4.6 do trabalho do Dr.

Andrada Junior: página 395:

“A exacerbação de uma paixão viciosa é quase sempre o resultado de uma educação moral defeituosa; Rousseau reconheceu-o quando disse que os nossos corações nasciam sensíveis e generosos, e que a sua dureza era a nossa obra. Não queremos com isto avançar que os meninos nos seus primeiros annos não tenham também as suas pequenas paixões ; alguns pelo contrario dão já desde o berço indícios de um character maligno; tal é o caso daquelle pequeno invejosos de que nos falla Santo Agostinho, que ainda não sabia articular, e já o semblante pallido e olhinhos irritados arrostava o companheiro que a seu lado mamava; Locke faz-nos também notar a satisfação que experimentão certas crianças em molestar em os

Tais termos eram ~~em~~ ~~o~~ ~~os~~ ~~projetos~~ ~~que~~ ~~os~~ ~~médicos~~ ~~pretendiam~~ ~~para~~ ~~as~~ ~~instituições~~ ~~lhes~~ ~~vêm~~ ~~às~~ ~~mãos~~, ~~em~~ ~~destruírem~~ ~~tudo~~ ~~o~~ ~~que~~ ~~tocão~~. O que de ensino e também da Roda ~~isto~~ ~~demos~~ ~~o~~ ~~Dr.~~ ~~Andrada~~ ~~cita~~ ~~Santo~~ ~~Agostinho~~ ~~estabelecer~~ ~~é~~ ~~que~~ ~~estas~~ ~~paixões~~, ~~que~~ ~~se~~ ~~desenvolvem~~ ~~nos~~ ~~dous~~ ~~“pequeno~~ ~~invejosos”~~ ~~(...)~~ ~~se~~ ~~em~~ ~~seu~~ ~~lado~~ ~~mamava~~. “

acoroçadas por uma resumido, todas questões ~~que~~ ~~lhes~~ ~~são~~ ~~relativas~~, ~~e~~ ~~sua~~ ~~solução~~. Augusta da Oliveira e 1852; Esboço de uma hygyene ~~em~~ ~~uma~~ ~~escola~~, ao passo que collégios – Joaquim José de Oliveira Matra 1855; Que regimen será mais conveniente em criação dos expostos da SCM com regim aberto quase sempre com extrema facilidade: Luis Delfino dos Santos, 1857; História resumida do infanticidio – Vicente Candido Figueira de Sabóia, 1858; Que regimen podemos encanar para a criação dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de José Vieira dos Santos, 1858; Hygyene da criança, do nascimento à queda do cordão umbilical – Francisco Basílio Duque 1864; Do aleitamento natural, artificial e mixto em sua origem, toma por diferentes condições de criação e a lugares mui distantes uns dos outros. Pode-se, creio eu, com a mesma facilidade de Panegal e M. Bias Mendonça affigir o espirito Vianna, 1869; Do aborto criminoso – Cyrillano Barbosa Botelho, 1874; Da Mortalidade do Rio de Janeiro – José Meninos). Assim, pois, a Maçria Teixeira, 1876; A Hygyene e a prevenção da veveza e amamentação – Thomaz Eboli, 1880; Hygyene da primeira infância – Ildefonso Archer de Castilho, 1882; Morte imminente de recém nascidos, tratamento – Francisco Custodio P. de Barros, 1887; da infantidicidie em geral (José Ignácio) da Fonseca, 1889; das alianças consaguinias, sua influencia sobre o psysico, moral e intellectual do homem - João Pinheiro de Campos, 1891; Hygyene alimentar das crianças – Arthur Pires de Amorim, 1895; O leite como alimento – Alfredo Theophilo Haanwinckel, 1897;

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1738, por iniciativa do comerciante português Romão de Mattos Duarte foi fundada a Casa da Roda, depois chamada de Casa dos Expostos. Atualmente tem o nome de Educandário Romão de Mattos Duarte em homenagem ao fundador.

Em 1821 a casa da Roda se instalou ao lado do hospital geral, recebendo milhares de crianças muito debilitadas, com estado de saúde precário. Mudou-se diversas vezes, até que se instalou definitivamente num terreno doado pelo Cond'Eu, à Rua Marques de Abrantes e passou a chamar-se Educandário Romão de Mattos Duarte, funciona até a atualidade e desenvolve programa de adoções Junto ao Juizado de Menores.³⁷

Já em Cabo Frio, a Câmara Municipal, no início do século XIX, em obediência à Lei dos Municípios, criou a roda de expostos como mostram documentos do próprio arquivo da Câmara:

Municipal a roda dos expostos, espécie de caixa giratória (...) A dona da casa, a "matrona" movimentava a caixa giratória (...) funcionava na casa de Dona Maria Rosa em 1831, e cinco anos depois se mudou para a casa de Dona Victória Amália (...).³⁸ A casa que abrigava os expostos era mantida pela comissão instituída pela Câmara, mas havia ainda os expostos que eram criados na casa da roda. Observe no

Algunas crianças expostas viviam a mercê de pessoas que comercializavam o leite materno e que nem sempre era servido de bom grado em virtude de que, de acordo com a tese

de Miriam Lifchitz, "As amas de leite a quem eram entregues os recém-nascidos eram quase sempre escravas ou negras livres que amamentavam os enjeitados com o leite recusado a seus filhos."

Capítulo 2 – Contexto brasileiro

³⁷ www.santacasa.org.br
³⁸ Fundo: Câmara Municipal de Cabo Frio – Série: coleção Otacílio Ferreira nº 189 D.A. ao 1 – documento nº 188
Arquivo Histórico

O século XIX marcou a posição do Brasil de romper a sua dependência de Portugal e, a partir deste fato a monarquia brasileira articulou o início de sua participação no sistema internacional, inserindo transformações que levaram à conquista de sua autonomia. Era o alvorecer do novo Império que consolidou a integridade territorial e política, proporcionando às elites brasileiras o início dos movimentos de independência.

A independência e a organização do Estado brasileiro ocorreram de acordo com os interesses e aspirações da Aristocracia rural, todavia a ordem socioeconômica do Brasil não sofreu alteração significativa.

Sucessivas crises políticas fizeram do governo do Imperador Dom Pedro I conturbado por problemas econômicos. Assim, o Brasil passou a um governo de Regências enquanto aguardava a maioridade do novo Imperador D. Pedro de Alcântara.

A economia brasileira acostada ao regime da grande propriedade monocultora, apoiada na exploração da mão-de-obra escrava, mantinha articulação com as economias centrais, mais precisamente com a Inglaterra, principal potência capitalista do século XIX.

Assim foi em torno da presença do capital inglês, responsável por empréstimos ao nascente Estado brasileiro.

A dependência da economia brasileira em relação à Inglaterra tem início em 1810 por ocasião dos Tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, que garantia a Inglaterra privilégios na venda de seus produtos ao Brasil, que pagavam 15% de impostos de importação, enquanto as mercadorias portuguesas pagariam 16% e os demais países, 24%.

Em 1830, o café alcançara importância a âmbito nacional como produto de exportação, o que levou o Brasil a integrar o rol da economia capitalista mundial.

Os maiores consumidores do café brasileiro eram os EUA e a Europa.

Também a industrialização marcou a economia brasileira deste período, beneficiada pela implantação da via férrea e pelo desenvolvimento da cafeicultura.

1850 foi a data marco referencial da formação histórica do Brasil, segundo Nelson

Werneck Sodré: "(...) fundaram-se 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás, 8 estradas de ferro"⁴⁰.

40 SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Difel, 1982, p. 266

O empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, desenvolveu uma série de atividades econômico-financeiras o que levou este período da história a ficar conhecido como "Era Mauá".

O Brasil seguia em direção a um processo de desenvolvimento capitalista nos moldes europeus, embora dependente.

Com a proibição do tráfico negreiro, surge a preocupação com a mão-de-obra, sendo imprescindível a força de trabalho nos diversos segmentos das frentes de trabalho.

Em 1850, foi sancionada a Lei de Terras (Lei 601), que tornava possível a aquisição de terras somente através da compra, não havendo mais as concessões através de aforamentos, posse ou doação da Coroa.

No decurso dos anos diversas leis foram promulgadas com o intuito de satisfazer os abolicionistas, porém com o verdadeiro objetivo de postergar a escravatura.

Em 1865 o Brasil se aliara à Argentina e ao Uruguai na guerra contra o Paraguai.

Ao final da guerra do Paraguai, ficara evidente as debilidades orgânicas de um país em que a massa da população era constituída de escravos.

O Brasil, embora vitorioso, saía da guerra humilhado, não somente em face dos aliados, mas dos próprios vencidos, com suas tropas de recém egressos da escravidão. Dali por diante a abolição tornara-se uma questão de honra nacional.

A Lei do Ventre livre, sancionada em 28 de setembro de 1871, declarava livre os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Em seu artigo primeiro, pelo texto da Lei, eram

declarados livres os filhos da mulher escrava, estabelecendo que ficassem em poder e sob a

autoridade dos senhores de suas mães, os quais ficariam sob suas tutelas até a idade de oito

anos completos. Assim, o senhor teria a opção de fazer uso dos serviços do menor até que este

completasse maioridade (21 anos), ou deixá-lo ao encargo do Estado, recebendo indenização

no valor de 600\$000rs, pagos em títulos de renda com juros anuais de 6%, os quais se

considerariam extintos num prazo de trinta anos. Fora estipulado um prazo de trinta dias para

que o Senhor procedesse à comunicação de sua opção pelo resgate; caso contrário, ficaria

subentendido sua escolha por aproveitar-se do trabalho do menor até a idade estipulada. Ao

que Joaquim Nabuco discorrendo sobre a Lei do Ventre Livre considerou: "Imperfeita, incompleta, impolítica, injusta e até absurda"⁴¹.

41 BEIGWELMAN, Paula. Joaquim Nabuco: política. São Paulo: Ática, 1982, p.67

Ao final do século XIX, as formas tradicionais de auxílio à infância entram em declínio em virtude do surgimento de novas instituições específicas, tais como orfanatos, instituições pediátricas e outras, o que culmina no declínio das casas da Roda.

A Roda de Expostos havia perdurado por mais de dois séculos no Brasil, sendo a única instituição de assistência à criança abandonada, sendo o Brasil o último país a acabar com o sistema de “Roda dos Enfeitados”.(Marcilio, 1997).

As instituições de caridade estiveram sempre atreladas à trajetória política das Câmaras no Brasil, uma vez que as Câmaras são “caixas de ressonância” dos acontecimentos locais, porém, não possuem ainda uma literatura extensa que esteja à altura de sua importância.

Alguns estudos que se tornaram clássicos, também não fornecem subsídios para compreender-se a função da “Casa do Povo” como mantenedora da “Casa dos Expostos” e sua relação com os poderes centrais. Podemos destacar, entre tantos outros, o ensaio pioneiro de Vitor Nunes Leal, “Coronelismo, Enxada e Voto” sobre a relação entre o nível local e a Metrópole. Vitor Nunes Leal, é veemente quando afirma que as Câmaras exerciam um imenso poder, e por vezes, atuavam às margens dos textos legais. Entre as causas desta usurpação de poder que era monopólio da Coroa e que durou até meados do século XVII, destaca-se a insuficiência do aparelhamento administrativo no território extenso, inculto e quase despovoado, ou seja, a fraqueza do poder público. 42

De certa maneira, era a nível local que se realizava o projeto colonizador e de ampliação das fronteiras. Na medida em que a Coroa delegava aos poderes privados a tarefa de consolidar o seu domínio em suas possessões no Brasil, freqüentemente ocorria um fortalecimento dos poderes locais. Não era incomum que esta relação fosse marcada por tensões e conflitos.

Outro ensaio, de enorme influência acadêmica é a obra de Raymundo Faoro, Os Donos do Poder.43 Estes e outros trabalhos discutem em que medida havia autonomia política por parte das Câmaras ao longo da história do Brasil. As posições se dividem entre os que acreditam que o poder dos Concelhos era nulo - segundo esta concepção, as Câmaras eram meros apêndices da administração colonial e, mais tarde, do governo imperial - e os que defendem a tese de que os municípios gozavam de certa autonomia política.

No exame das atas das Câmaras municipais durante o período imperial, percebemos que as sessões plenárias eram as ocasiões onde os “homens bons” da cidade tomavam ciência

42 LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Alfa e
43 FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo: Abril,
Omega, 1975
2000

de questões de alcance nacional e como estas poderiam influir em suas vidas cotidianas. Um episódio marcante ocorre quando ao chegar na Vila de Piraí, no Vale do Paraíba, o então presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, toma conhecimento de uma revolta de escravos iniciada em Paty do Alferes e que se espalhou rapidamente para outros municípios da região. Essa revolta acendeu os maiores temores da elite local de um levante de dimensões gigantescas, a exemplo do que aconteceu no Haiti. Do outro lado da província, em Cabo Frio, a Câmara municipal era informada dos esforços do governo imperial em coibir o contrabando de escravos que estava sendo praticado nas praias deste município depois da promulgação da lei que extinguiu o tráfico negreiro.

De certa maneira, as Câmaras municipais eram caixas de ressonância de eventos políticos e econômicos de grandes proporções na história do país. Estudar os registros deixados por elas é conhecer como a comunidade local reagiu a estes acontecimentos.

No período imperial, a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, consolidou os Conselhos transformando-os em Câmaras Municipais, ampliando e reconhecendo seus poderes quanto à cobrança de impostos e administração. Estipulava ainda, que onde existisse uma Misericórdia a Câmara poderia utilizar-se de seus serviços para a instalação da roda de assistência aos enjeitados. A Câmara então entraria com subsídios para auxiliar o trabalho da Misericórdia. Ficava então oficializada a roda dos expostos, colocando-as a serviço do Estado. Todas as decisões eram tomadas por votação da Câmara. Todavia, em meio a tal realidade, em menos de três décadas, entre 1810 e 1840, o café e o açúcar incitaram o surgimento de uma nobreza rural, influente nos próprios destinos da Corte. São os enriquecidos fazendeiros e senhores de engenho, que vão constituir as Câmaras Municipais, elegem-se representantes das comunidades na Assembléia Provincial ou no Parlamento do Império.

2.1 – A Sociedade Cabofriense

A presença humana no litoral onde atualmente está localizado o município de Cabo Frio data de aproximadamente seis mil anos. Estudos arqueológicos dos sambaquis do Forte e evidências em outros sítios semelhantes indicam que pequenos bandos nômades, com base em economia rudimentar de coleta, caça e pesca, acampavam junto aos bancos de moluscos do litoral até quase esgotá-los. (Cunha, 2001)⁴⁴ Os grupos locais localizados às margens da Laguna Araruama conheciam as técnicas de cristalização artificial do sal, cujo excedente de produção era trocado com aldeias mais afastadas, dando origem ao nome da região como Gecay (tempero de sal e pimenta gigante pilados).

A história da Câmara Municipal de Cabo Frio está integrada à trajetória da cidade desde a sua fundação em 1615. Possui um rico acervo documental constituído de: Resoluções, Moções, Indicações, Ordem de pagamento, Registros de Compra e Venda de Escravos e ainda quatro mil documentos avulsos com datação a partir de 1799 com temas pertinentes à história local e regional

Em 1501, a frota de reconhecimento lusitana comandada por Gonçalo Coelho avista pela primeira vez a região de Arraial do Cabo e Cabo Frio, batizando-a com seu nome atual devido aos frios ventos ali sentidos.

Entre 1503 e 1504, o navegador Américo Vespúcio instala na praia do “Cabo da Rama”, uma feitoria com vinte e quatro portugueses comandados pelo feitor João Braga, com o objetivo de explorarem o pau Brasil. Há atualmente, polêmica quanto a localização exata se foi no Arraial do Cabo, na Praia dos Anjos ou em Cabo Frio às margens da Lagoa Araruama, nas proximidades do Forte São Matheus.

O nascimento do cabofriense genuíno está atrelado à primeira feitoria instalada em Cabo Frio por Américo Vespúcio, por volta de 1503, quando seu feitor João Braga e os vinte e quatro homens que o acompanhavam mantiveram relações sexuais com as índias nativas. (Massa, 1980)

Em 1504, o navegador Francês Binot Palmier, comandante da nau “L’Espoir”, é o primeiro bretão a visitar o local. O “Esmoraldo de Situ Orbis” é o primeiro texto português a citar o topônimo “Cabo Frio”.

44 CUNHA, Márcio werneck da. A América de Américo. Ed. Cabo Frio, 2001

O planisfério “Kunstmann III” é o primeiro a assinalar cartograficamente o topônimo “C. Cabo Frio” e a presença de índios antropófagos na região, no ano de 1506.

A nau “Bretoa”, sob o comando de Cristóvão Pires, constata que a feitoria de
1503
ainda sobrevive numa ilha defronte a povoação, na Ilha do Cabo em 1511.

Em 1513, o cientista e artista italiano Leonardo da Vinci assinala em seu planisfério
o
topônimo “C. Frio”.

Em 1519 o navegador português Fernão de Magalhães, na época a serviço da Espanha, lança âncoras em Cabo Frio.

Em 1531, a esquadra de Martin Afonso de Souza passa por Cabo Frio e constata que a região estava provisoriamente livre da presença francesa.

Em 1547, Os Corsários franceses retomam suas posições em Cabo Frio, ali estabelecendo uma esquadra corsária de sete ou oito naus, que infernizam os comboios lusitanos, interrompendo o comércio luso de Pau Brasil, causando enormes prejuízos à metrópole lusitana.

Em 1548, aos oito navios corsários se juntam outros sete, transformando Cabo Frio na principal escala de tráfico francês nas Américas.

Em 1550, é realizada em Rouen, França, uma encenação de guerra indígena para Rainha Catarina de Médici, com índios oriundos de Cabo Frio.

Em 1555, a esquadra comandada por Nicolau Durant de Villegagnon passa por
Cabo
Frio e ali aporta por alguns dias antes de invadir a Baía de Guanabara para lá fundar a “França Antártica”. O frade André Thevet aporta em Arraial do Cabo, constata a dominação francesa do local, que é muito bem sucedida pelos índios, e faz referências curiosas a uma “pedra com inscrições” antiqüíssima próxima à entrada de um rio de água salgada (canal de Itajuru). Thevet descreve a flora e fauna local.

Antonio de Salema comanda um exército de quatrocentos portugueses e setecentos índios em 1575, para atacar os franceses instalados em Cabo Frio. Acontece uma verdadeira carnificina, onde foram mortos dois mil índios e trucidados os franceses. Também nesta mesma época foi demolida a casa da pedra, sendo os restos jogados no Canal do Itajuru causaram obstrução à navegação.

No ano de 1578, havia já arrefecido a violência e a matança coordenada por Antonio de Salema em Cabo Frio. Foram mortos cerca de quatro mil índios e os sobreviventes foram vendidos como escravos. Os índios Tamoyos foram dizimados não restando nenhuma memória daquela tribo.

mês de novembro da dita era, neste lugar chamado a Casa de Pedra, vinte léguas do Rio de Janeiro, junto a Cabo Frio, tendo o capitão-mór governador Cosntantino de Meneláu, Botocões, índios, e seiscentos ingleses e holandeses com gente e artilharia e orenado casas de faxina e a fortaleza, que com a ditina já em terra para a a "Casa de Pietra" é registrada pelo cartógrafo holandês Judocus Hondius em mapa na posição de Cabo Frio da Bahia, Gaspar de Souza, por uma carta que teve de Sua Magestade em a qual avisava das emco nas Inglesas, e da barra de Araruama, desmantela o forte já dita costa, pelo que se chamou que nesse esta atual Cabo Frio, dando início à povoação das terras entre Maricá e Araruama, e assim conquista do norte fluminense.

Em 1580 aconteceu a fazer ronda no litoral de Cabo Frio. Por esta época foi reconstruída a Casa da Pedra no mesmo local. Em 1610, a "Casa de Pietra" é registrada pelo cartógrafo holandês Judocus Hondius em mapa na posição de Cabo Frio da Bahia, Gaspar de Souza, por uma carta que teve de Sua Magestade em a qual avisava das emco nas Inglesas, e da barra de Araruama, desmantela o forte já dita costa, pelo que se chamou que nesse esta atual Cabo Frio, dando início à povoação das terras entre Maricá e Araruama, e assim conquista do norte fluminense.

Constantino Meneláu, governador em 1615, expulsou pacificamente os ingleses instalados em Cabo Frio em uma fortaleza para contrabando de Pau-brasil, na barra de Araruama, desmantela o forte já dita costa, pelo que se chamou que nesse esta atual Cabo Frio, dando início à povoação das terras entre Maricá e Araruama, e assim conquista do norte fluminense.

Em 1615, aos treze dias do Espírito Santo e a do Rio de Janeiro, que se não tinham sido domados com grande prejuízo das embarcações que nesta costa faziam naufrágio, tratando com estrangeiros com prejuízo da real fazenda do pau-brasil e sendo os ditos índios vassallos de Sua Magestade e da sua repartição. O que visto logo ele capitão e governador Constantino de Meneláu com alguns portugueses e moradores do Rio de Janeiro que voluntariamente quiseram acompanhar, e com 400 índios da Aldeia de Sepetiba, que veio à dita costa, vindo ele pessoalmente por mar com muito risco de sua pessoa; e vistos todos os sítios daquela costa, escolheu por melhor para fazer fortaleza o lugar da Casa de Pedra que, já dissemos, fica a vinte léguas do Rio de Janeiro para a parte do nordeste, chamado assim este lugar por terem nele os franceses antigamente feito uma casa de pedra de grande fábrica, para o comércio de pau-brasil, que os índios lhe davam, a qual casa ele Capitão-mór e Governador Constantino de Meneláu mandou derrubar por votos de todos que o acompanhavam e escolher para melhor e mais conveniente lugar aquela costa, assim por ter uma barra muito formosa, que pode entrar nela navios de 200 toneladas, como por ser muito defensiva na boca da dita barra, onde os nossos navios se possam recolher, para escapar a muitos corsários que até os ditos casos se houve todo o dito governador conquistou, indo até o rio dos Bagres, que entra pela dita barra, e a parte do sertão, que tem quase 12 léguas pela terra a dentro, e de uma, e outra banda háverem excelentes terras para mantimentos, canaviais e gado em proveito de Sua Magestade, que fora os governador assentou uma aldeia de índios na parte dos Búzios, duas léguas da dita fortaleza para a parte do Nordeste para maior segurança das ditas terras e costa, e não háver junto outra barra onde se possa carregar com segurança de mar e inimigos, senão este dito lugar da Casa de Pedra em que fica a dita fortaleza com sete peças de bronze ficou posta, chamando-lhe fortaleza de Santo Inácio.

auto,(...)"4 5
 4 5 BERANGER, Abel. D. 31/32

Em 1619, o governo metropolitano criou a Capitania Real do Cabo Frio, que tinha como limítrofes a Capitania do Rio de Janeiro em Ponta Negra, entre Maricá e Saquarema e, com a capitania do Espírito Santo, na foz do Rio Itapemirim(ES). A primeira parte do território de Ponta Negra ao Rio Macaé foi desapropriada aos herdeiros da Capitania de São Vicente, alegando o desinteresse dela pela posse da região. E, a segunda, de Macaé ao Itapemirim, foi comprada aos herdeiros da capitania de São Tomé, sendo sujeito a jurisdição de Cabo Frio, mas cuja doação de sesmarias passou a pertencer ao Governador do Rio de Janeiro.

Em 1616, foi instalado em Cabo Frio, o Forte de Santo Ignácio que recebe sete canhões de bronze e mais equipamentos.

Em 1617, é projetado o Forte de São Mateus, pelo engenheiro militar português Francisco de Frias de Mesquita, que foi construído no lugar onde existira o Forte de Santo Ignácio, mas que funcionava precariamente.

O Forte de São Mateus existe ainda em Cabo Frio e foi reformado recentemente.

Em 1619, os jesuítas da aldeia de índios de São Pedro que defendiam as praias ao norte da cidade de Cabo Frio contra desembarques inimigos, foram a Macaé e convenceram o último grupo tupinambá a acompanhá-los depois de catequizá-los à fé cristã.

Em 1620, alguns grupos dos Goitacá solicitaram abrigo voluntariamente na nova fortaleza de Cabo Frio, por estarem sendo dizimados por grupos mais numerosos da mesma nação. Ainda nesse mesmo ano, pescadores portugueses de Cabo Frio instalaram seus ranchos na foz do rio Macaé. Dois anos depois, outros pescadores de Cabo Frio construíram uma pequena povoação na embocadura do rio Paraíba que, mais tarde, deslocou-se para o interior e deu origem a vila de São João da Barra. Neste período e nas décadas seguintes muitas sesmarias foram doadas e ocupadas em toda a região. No entorno de Cabo Frio, praticamente, todo o território foi doado a meia dúzia de sesmeiros logo após a fundação da cidade, destacando-se jesuítas e beneditinos que passaram a usufruir de verdadeiros latifúndios na região.

Em 1630, foi fundada pelos Jesuítas a Freguezia de São Pedro, chamada de Aldeia dos índios. A aldeia foi formada com os índios Goitacazes, sendo-lhes concedidas pelo governador Martim de Sá, seis léguas de terras por sesmaria, para patrimônio da aldeia e para a cultura que os índios quisessem fazer.

Após a passagem dos Jesuítas pela aldeia de São Pedro a administração e direção da aldeia dos índios ficou a cargo dos religiosos da Ordem de São Francisco até que em

1759 foi criada a Paróquia de São Pedro. A partir de então, a aldeia foi administrada por um capitão mor, um sargento mór, dous ajudantes, e três capitães, todos índios. A ociosidade, em que actualmente vivem os mesmo índios, dispersos por todo o distrito de Cabo Frio, faz persuadir, que a sua obediência, e sujeição é nenhuma. Eles por natureza são frouxos, e os mais preguiçosos para o trabalho da lavoura, e si alguns se propõem a este exercício, o fruto de seus trabalhos não xega a sustental-os por muitos dias, ao mesmo tempo que, si fossem diligentes e cuidadosos, beneditinos e Câmara Municipal. Mas a comisse periódica do sal português veio reforçar a economia regional, que toda a fatura, utilizada e da produção de suas salinas na lagoa de Araruama, cu ja produção era exportada para as capitancias da região sudeste brasileira.

Havia também na mesma época a pescaria de arrastão nas praias do Arraial do Cabo e de Cabo Frio, e até uma armação de pesca de baleias existiu em Búzios de 1720 a 1760.

Depois da expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1755, os índios que viviam sob a tutela da Corte, passaram a viver sob os cuidados das Câmara Municipais, que por lei podiam utilizar-se da mão-de-obra em plantações, proteção de costas litorâneas e outros serviços. Assim, a Câmara de Cabo Frio era a responsável pela Conservatória da Aldeia de São Pedro e o "Capitam Mandante dos Índios" em 182347, era o Senhor Joaquim Rodrigues Peixoto.

No final do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, com a expansão da empresa colonial, representada principalmente pela lavoura açucareira, a população escrava e de livres pobres se multiplicou em Cabo Frio. Contudo, não se desenvolveu a grande riqueza produzida pela monocultura do açúcar, do café e nem se ostentou o luxo do ouro, como pode-se observar em comentários do naturalista Santi-Hilaire:48

Pode-se dizer que em geral reina em Cabo Frio uma grande pobreza; há apenas três ou quatro lojas de mantimento, e as vendas não são somente pouco numerosas, mas ainda mal sortidas. Como os escravos são raros, os brancos, que formam quase toda a população, entregam-se sem acanhamento a serviços que um

46 Memória Histórica da Cidade de Cabo Frio – apostila de 1797 apresentação por Maria
47 Acervo Câmara Municipal de Cabo Frio – Doc
48 SAINT-HILAIRE, August de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.
p.169

enfim, conheci um que era caixeiro de um mulato.

A partir de 1828, tem início a transformação tecnológica dos meios de produção, ligados principalmente à cana de açúcar.

Em 1831, a Regência Trina, por força de lei, manda desguarnecer todos os fortes existentes na Região dos Lagos, o que permitiu que a região se transformasse no paraíso do contrabando de escravos.

A força de trabalho dependia cada vez mais dos escravos africanos que entravam pelos portos de Cabo Frio, Macaé, Campos e São João da Barra.

Com a proibição do tráfico negreiro, em meados do século XIX, navios ingleses passaram a fiscalizar o cumprimento da lei nas costas brasileiras, fazendo com que alguns portugueses enriquecessem através do contrabando.

Registra-se neste período, grande aumento de rebeliões de negros, sob as mais diversas formas: assassinatos de fazendeiros, fugas para o mato, quilombos e suicídios.

Em 1864, houve a varíola em Cabo Frio, prática já conhecida em países como a Ásia, África e China. Consistia na aplicação de doses inadequadas do vírus da varíola por curandeiros que não empregavam a higiene necessária e tinham como objetivo imunizar as pessoas contra a doença, o que ocorria normalmente na camada mais pobre da sociedade. Na ocasião, a varíola dizimou 3% da população brasileira. Tal fato acontecia em decorrência de que foi disseminado o boato de que a vacina proposta pelo Presidente da Província era maléfica e levaria a população à morte⁴⁹, como constatamos em registro de Ata do Arquivo

Histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio:

“É de lamentar que homens ignorantes tenham concorrido para que tão terrível mal esteja no auge. É de lamentar que homens néscios, loucos aproveitando-se dessa

O Município de Cabo Frio, segundo recenseamento realizado em 1875⁵⁰, era composto por duas Freguesias, Nossa Senhora da Assumpção e São Pedro da Aldêia, com uma população de cerca de 19.000 pessoas incluindo os escravos. século XIX insula a própria bexiga em seus semelhantes (...)

Em 1885, os fortes militares foram definitivamente abandonados pelo exército, o que os levaram a destruição pelas intempéries e por pescadores vizinhos que utilizaram o material para construir suas casas

Os prédios existentes eram: o Convento Nossa Senhora dos Anjos, a Igreja Matriz, Casa de Caridade de Santa Izabel e o seu hospital, a Câmara Municipal, chamada à época de

⁴⁹ BICALHO, Fernanda. A Cidade e o Império.
⁵⁰ O ALMANAK LAEMMERT. Município de Cabo Frio de 1848 a 1876. (Gabinete Real Português de Leitura, RJ)

“Paço da Municipalidade”, a Cadeia, que era considerada como uma das melhores de toda a Província, a Igreja de São Benedito, a Estação Telegráfica que tinha conexão direta com a Corte e com o Farol e mais alguns prédios térreos e sobrados. Havia 18 escolas públicas primárias, sendo sete para crianças do sexo masculino e quatro para o feminino, e duas mantidas pelo Município. Além destas, existiam algumas escolas particulares.

Os responsáveis pela Instrução Pública eram os senhores Manoel Barbosa Ribeiro Superintendente; Ernesto Beranger, Inspetor do Primeiro Distrito e Alípio Bittencourt Calazães – Inspetor do Segundo Distrito e os Professores Manoel Barbosa Ribeiro Junior; Benicia Augusta de Oliveira; Miguel Pereira da Silva Torres (Arraial do Cabo); José Henrique de Souza, Armação dos Búzios e Francisco Domience de Souza, Campos Novos.

No decorrer do século XIX, as atividades econômicas da região estendiam-se de Saquarema a Cabo Frio, que permaneceram ligadas à pesca lagunar, a de arrastão nas praias e a oceânica, cujos excedentes salgados eram exportados para o Rio de Janeiro.

As salinas cresceram no entorno da lagoa de Araruama, houve o desenvolvimento da indústria de calcário a partir das conchas de seu fundo raso.

Na área rural, conservaram-se a cultura da cana e a produção do açúcar, além da pequena criação de gado e a fabricação de farinha de mandioca para subsistência. Implantaram-se os cafezais nas encostas e nos morros, derrubando a floresta.

No final do século XIX, por volta de 1880, o Município, a oito horas de viagem da Corte, no Rio de Janeiro, importava quase todos os gêneros de que fazia uso. A navegação de cabotagem, que era feita por oito navios de vela, passou a ser feita por um vapor de propriedade de “Miranda, Monteiro & Cia”, o Leopoldo, que inaugurou o trajeto entre os portos do Rio de Ostras, Armação, Cabo Frio e Rio de Janeiro. A navegação a vapor e os melhoramentos realizados na barra do Cabo Frio pelo Barão de Teffé e Coronel Alvim, em 22 de outubro de 1881, proporcionaram que outro vapor, o Barros & Ferreira realizasse a rota entre Cabo Frio e o Rio de Janeiro.

Para a navegação interna na Lagoa de Araruama, chegou a Cabo Frio o rebocador Evangelina, de propriedade da firma Jordão & Cia e o vapor Mathilde da mesma empresa, que ligaria a navegação da Lagoa de Araruama ao mar. O Presidente da Câmara Municipal em 1895 era o Dr. José Antonio Porto Rocha, que trabalhava como médico e atuava também como Juiz de Paz. Por ocasião de epidemias como o Cholera Morbus e varíola, teve notoriedade no combate e profilaxia de tais doenças. Além de ter sido sempre integrante das comissões de apoio à Casa da Roda atuou também em 1900 como delegado de saúde

marítimo o que fica evidenciado no documento a seguir enviado ao Presidente da Câmara de Cabo Frio, Vereador Francisco Mendes Gomes da Rocha, em 30 de maio de 1900, Dr. Porto

Rocha ressalta a necessidade da implantação de cuidados com a higiene:

1900 Dr. João Antônio Porto Rocha, Delegado de saúde.
marítimo.”5 1

“No desempenho da minha profissão que me impõe o dever de zelar pela saúde pública, muito principalmente por ser o único médico da cidade e nas circunstancias actuaes, assiste-me a obrigação de providenciar de modo que sejam prodigalizadas todas as medidas prophylaticas para que não nos invada a epidemia reinante na Capital Federal, conto para esse fim com a solícitude de V. S., ordenando o rigoroso cumprimento das Posturas relativas à hygyene, como a limpeza diária das praias e as vizitas domicialiarias para que sejam bem limpos os quintaes, não permittindo n`ellos chiqueiros, e n`esse commettimento não facilitarem os fiscaes em delegar nos proprietários suas ordens para que não fiquem ellas frustradas, permanecendo economicamente alguns bacos, como ainda ultimamente as melhores praias de toda a costa brasileira.

O problema maior para o desenvolvimento da região era o seu isolamento físico, visto que o porto da barra em Cabo Frio apenas permitia a passagem de navios de pequeno porte. A par d`estas providencias, incumbe mais V.S. ordenar que não se fação despejos de águas servidas nos canos que dão esgotos para as ruas, afim de não corromperem com sua putrefacção e estagnação a ar eua e de nosse primeiro elemento para a saúde, o qual quanto mais puro de microbios mais vigora nosso organismo, dando-lhe antídoto para resistir a inováção dos micróbios patogeneos.

A produção salineira que se iniciava com a vinda de imigrantes portugueses de Aveiro, atingiu grande desenvolvimento durante as duas guerras mundiais. O sal europeu desapareceu do mercado brasileiro e permitiu consolidar o parque industrial salineiro de beneficiamento, ajudado pelos trilhos da ferrovia que passou a transportar a produção até a região metropolitana.

Cabo Frio se mostrara sempre como ponto estratégico para porto, bem como para os negócios voltados para o pau-brasil. A cidade foi fundada alicerçada sobre essas características que perduraram por todo o período colonial e se consolidaram como referência comercial e administrativa de toda a Baixada Litorânea. Assim, o escoamento da produção

salineira e agrícola era centralizado no porto de Cabo Frio, uma vez que quase não havia estradas, e até por que era usual em todo o Brasil, por ser mais fácil, até meados do século XIX, a comunicação marítima e lacustre.⁵²

⁵² GIFFONI, José Marcelo. Sal, Um Outro Tempero ao Império. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.2000. p. 27

Capítulo 3

A Casa da Roda instituída na Corte

Durante todo o Império luso, a legislação outorgava às Câmaras a tarefa de passar o encargo da criação dos enjeitados para as Santas Casas de Misericórdia.

No Brasil, era grande o número de crianças abandonadas devido à existência da escravidão, da exploração sexual das escravas e do trabalho da criança cativa.

MARCÍLIO não considera relevante o número de crianças escravas colocadas à Roda, e é categórica ao afirmar que poucos negros foram expostos na Roda do Rio de Janeiro e que o provedor dos Expostos inclusive reclamava que, apesar de serem considerados livres os

escravos postos a Roda, eram lançados à mesma:

com escritos de “alguns dias cor e sem o sinal de que alguma Exposto seja pertencente ou escravo de pessoa alguma; aparecem depois a procurar o Exposto, quando se acha

Ao que se contrapõe MOURA que considera a Roda um meio utilizado pelas escravas para livrar a criança da escravidão⁵⁴, e também COSTA, através da assertiva: “Era sabido que muitas escravas, procurando livrar os filhos da escravidão, abortavam ou os abandonavam à Roda, onde passavam a gozar da condição de libertos.”⁵⁵

O Alvará de 31 de janeiro de 1775 regulamentava a questão das crianças expostas sendo, sem dúvida, a mais importante Lei no século XVIII sobre o tema, sobretudo pela relação com os enjeitados, deixando de lado a questão das Câmaras ou qualquer outra instituição, atribuindo tal responsabilidade à Misericórdia. Até então, as Câmaras Municipais haviam sido as principais responsáveis pela manutenção de casas de criação de enjeitados.

Regist. na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino no Liv. IV das Cartas Alvarás e Patentes a fol. 134 vers., e imp. na Impressão Regia.

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo do decurso dos tempos sujeito à grandes alterações, que vem a fazer necessárias muitas novas, e antes não cogitadas providencias; para se passar por meio dellas aos mesmos fins das disposições antes estabelecidas, que pelos lapsos dos annos vem a ficar impraticáveis:

53 MARCÍLIO, Maria Luiza. História Social da Criança Abandonada. São Paulo: Editora
54 MOURA, Clóvis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: Ed. Da
55 COSTA, Juanelir Freire. História da Medicina e Natividade da Misericórdia de Nossa Senhora do Carmo, 1999. p. 165,166.

havendo sido útil e louvavelmente erigido o hospital dos Expostos na cidade de Rio de Janeiro, e em conformidade com os estatutos, pelos quaes se sustentam os mesmos Expostos pelo tempo de anno e meio na criação das ammas de leite, e depois por mais sete e meio, para completarem os nove annos; ficando desse tempo e m diante, até o dia em que tomão estado, debaixo do poder da mesma Meza da Misericórdia, ou dos respectivos Mordomos, por ella nomeados, e

munidos de alguns privilégios, os quaes se fazem presentemente tão incompatíveis com a boa ordem, com que se acha estabelecida a policia e a justiça, como a utilidade commua de todos os meus fieis Vassallos: E tendo resultado da referida prática tantos

A partir dessa data, marco intensificou-se a luta pela criação das rodas de expostos, como são, acumularem-se cada anno mais de novecentos dos referidos Expostos, que sustentados a custa do Hospital, sobem ao effectivo numero de quatro mil com trato successivo, e duração perpétua; No Rio de Janeiro, a roda foi instalada no anno de 1738, por iniciativa do Comerciante Romão de Mattos Duarte, no Hospital Geral da Santa Casa permanecendo até 1821. A Instituição denominada Casa da Roda, ou Roda, ou Casa dos Enjeitados, foi criada por Romão Duarte, tinha o intuito filantrópico de recolher crianças abandonadas. Logo depois a Casa da Roda, como instituição, passou a denominar-se Casa dos Expostos e foi transferida para um prédio no bairro de Santa Teresa, onde funcionou até 1850. Em 1850, o Provedor José Clemente Pereira instalou os "expostos" em uma casa na Rua da Lapa, número 16, onde funcionou por dez anos. Nos anos que se seguiram, a Casa dos Expostos funcionou à Rua dos Borbonos, na Senador Vergueiro e na Praia do Flamengo. Entre 1861 e 1874 foram entregues a instituição 8086 crianças, das quais 3.545 morreram em face da pobreza das instalações e manutenção que levaram a Roda a ser um verdadeiro foco de mortalidade infantil, como enfatiza Costa, que deixa ainda evidente que os ilegítimos a que se referiam os médicos eram, na maioria filhos de escravos, que expunham seus filhos para livrá-los da escravidão.

Sob a ótica de Jurandir Costa, os higienistas se deram conta de que a ignorância dos pais impedia-os de ver que o parasitismo econômico sobre os escravos degradava a prole e que todo o sistema familiar herdado da colônia fora estruturado para satisfazer as exigências da propriedade e as necessidades dos adultos, assim, sem alterar o direito do pai, não atenuaria a morte do filho. Era imprescindível criar uma organização doméstica extirpando a dissimetria de poder entre os cônjuges, visto que a mulher submissa ao homem ignorava também a importância que tinha na proteção as crianças.

5 6 SILVA, Antônio Delgado da. Colleção da Legislação Portugueza desde a última Compilação das Ordencões Regida pelo Desembargador. Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Typ. Malgrense. 1828 p. 30.

5 7 SOUZA, Laura de M. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: PRIORE, Mary Del (org.) História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991, p. 32.

3.2 A Instituição da Casa de Caridade de Santa Izabel de Cabo Frio – Charitas

A Roda dos Expostos criada em Cabo Frio, assim como a instalada na cidade do Rio de Janeiro, tinha o objetivo de dirimir os problemas decorrentes da situação da exposição.

Através das Atas da Câmara Municipal, verifica-se o descaso para com as crianças no início do século XIX.

Em 1831, a Câmara Municipal, preocupada e inconformada com a exposição de crianças, oficia ao Governo Provincial o estado de abandono em que se encontravam tais crianças.

Em resposta datada de 22 de agosto de 1831, o Governo Imperial ordenava à câmara:

“[...] primeiro que houvesse uma Roda de Expostos. Segundo que houvesse Matrona que a dirigisse. Terceiro finalmente que se estabelecesse fiscalização da cobrança e aplicação de dinheiros[...]58 ”

No dia primeiro de setembro de 1831, em Sessão da Câmara Municipal presidida pelo Juiz da Irmandade, Joaquim Ignácio Garcia Terra e Vereadores: Reveren do Ignácio Felizardo Fortes, Francisco Antonio Pereira Guimarães, Reverendo Joaquim de Santa Catharina Loyolla e Antonio de Pina [substituindo o Vereador Anacleto da Silva Jardim], foi então criada a primeira Roda de Expostos de Cabo Frio e colocada em casa particular, como se verifica em Ata Extraordinária:

[...] entrou-se na Ordem do Dia, e deliberou-se que se estabelece na roda para os expostos em Caza de Marianna Roza que se ajustou por quatro mil réis mensais a mesma roda exigindo do Procurador o dinheiro necessário para isso[...]5 9

Há ainda o registro do discurso do presidente da província do Rio de Janeiro, conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, que abrindo a Sessão da Primeira Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma província, no dia 1º de fevereiro de 1835, destaca o problema da situação dos expostos de Cabo Frio:

“(...)Por solicitação da Câmara Municipal de Cabo Frio se expedira pelo Ministério

58 Documento Manuscrito, Arquivo Acervo Otacilio Ferreira
59 Câmara Municipal de Cabo Frio, Ata da Legislatura, Ano de 1832, C.M.C.F. – fl. 2 p. 43.

Câmara os legados pios não cumpridos devolvidos no Juízo da Provedoria daquela cidade, os quaes na forma da Lei de 6 de novembro de 1827, devião ser applicados à criação de expostos daquelle termo. Com a data da mencionada ordem remetterão-se pela mesma secretaria instrucções para serem observadas na educação dos referidos

expostos. Mas a Câmara representou ultimamente ao Governo Central (e estes papeis me forão remettidos) que não preenchendo aquellas

instrucções o fim, a que se propozera o Ministério, organizara Ella hum novo regulamento, no qual se determina a construção de hum edificio próprio, que deverá ser levado a effe

ito com o producto daquelle legados e ajuda de subscripções particulares. Não me julgando authorisado a approvar, como a Camara sollicitava, o referido regulamento, o abandono em que se achavão, o desleixo dos procuradores que até então deixavam

Diante das reclamações do Vereador Alexandre de Araújo Pontes, a Câmara se organizou no sentido de cobrar as quotas distribuidas pelo Governo Geral para esse fim, e o pouco serviço

uma Comissão com o objetivo de conseguir recursos para a construção de uma casa de caridade;

e em 1835 esse mesmo grupo de pessoas recebe o nome de Irmandade de Santa Izabel.

Os representantes da elite local integravam a Câmara de Cabo Frio. Em Sessão de 3

de fevereiro de 1835 o Sr. Vereador Alexandre Manoel de Araújo Pontes, apresenta à Câmara o projeto do jovem oficial português Major Bellegard para a construção da Casa da Roda⁶²

que acaba se concretizando em 1840.

O Major Henrique Luís de Niemeyer Bellegard, que acabou tornando-se juiz da Irmandade de Santa Izabel, ⁶³era engenheiro e entre outros trabalhos, traçou o projeto de arruamento da cidade.

Tendo sido apresentado o orçamento do edificio à comissão da Câmara, ficou resolvido que seria criada Irmandade para auxiliar no citado projeto.

A Irmandade recebe o nome de “Irmandade de Santa Izabel” em 1835. E para que a

história da construção da “Casa da Roda” não caísse no esquecimento, o Juiz da Irmandade de Santa Izabel, José Augusto Gomes de Menezes, deixa registrado o fato como consta em documento manuscrito sob o Título: Casa de Caridade de Santa Izabel de Cabo Frio, datado de

1842:

6 0 Brazilian Provincial Report – Documentos digitalizados – 768 – Biblioteca Nacional - RJ
6 1 Documento fragmentado D..A.Acervo Câmara Municipal
6 2 Documento Manuscrito sobre a Casa de Caridade de Santa Izabel de Cabo Frio. At. Municipal de Cabo Frio. Ata da Legislatura, Ano de 1832, p. 45..

“A falta de unidade e zelo, que algumas vezes preside à
criações de
estabelecimentos, faz com que no decurso de poucos annos
lance logo o tempo seu
véo espesso sobre os factos mais memoráveis; que lhes
tenha dado nascimento e
épochas em que se tenham estes realizado. Apagão-se assim os

A Corte doaria dois contos de réis para as obras, cujo valor era complementar, com
subscrição voluntária entre os habitantes mais ricos da região.⁶⁵ Imprimirão no caminho
A pedra fundamental da Charitas foi colocada, em 1836 e as obras iniciaram-se em
1837, parando por falta de recurso um ano depois. Para arrecadar fundos a presserça
construção, criou-se a Irmandade da Misericórdia com a assinatura de 26 moradores de Cabo
Frio. Este compromisso foi aprovado pela corte do regente D'Araújo Lima, em nome do
Imperador Dom Pedro II, que recebeu o título de protetor da Irmandade e, em 1838.⁶⁶
As obras foram reiniciadas com a acção da Assembléa Provincial e da Câmara
Municipal, que repassou uma dotação de quatro contos de réis para conclusão do edificio.

A inauguração da parte relativa ao abrigo das expostas ocorreu em 16 de fevereiro de
1840. Seguiu-se a construção da Capela, Sacristia e Enfermaria, que ficaram prontas em 1841.
A Enfermaria destinava-se ao atendimento médico das crianças abandonadas e dos
doentes
pobres da comunidade, porém, não era usual a internação dos doentes adultos, como
demonstra a transcrição do documento a seguir:

“3ª Sessão da Commissão

administrativa em 25 de Setembro de 1840. Ir. Juiz um requerimento do indigente José
Joaquim dos Santos,
em que pedia ser admittido ao hospital da Caza para ser ali
tractado na qualidade de
indigente circumstancia esta, que provava com um attestado do
respectivo Parocho: e fez
ver o mesmo Ir. Juiz que o havia admittido no dia 18 do corrente
mandando-lhe fornecer
alguma louça, de que ali se necessitava. E assim, mais que sendo
dito indigente casado,
O médico da Câmara Municipal Antonio dos Santos Porto Rocha era responsável pelo
atendimento às crianças e a pobres
a sua mulher se havia oferecido para lhe servir de Enfermeira o que
havia assumido em
consequência de não haver no hospital outro algum doente. E
deliberou a commissão

que enquanto occurresse esta circumstancia, fosse a dita
Enfermeira a qual porem não se devia servir de Enfermeira a qual porem este exemplo servir

⁶⁴ Transcrição paleográfica feita por Margarida Silva Rodrigues Alves de
Rodrigues Alves de
⁶⁵ Ibid. p. 49
⁶⁶ Id
⁶⁷ Documento Avulso nº 0169. - Caixa da
Roda

No período compreendido entre 1831 a 1840, a Roda funcionou em casa de particulares, como já apresentamos no início deste trabalho, surgindo alguns problemas, tais

como: falta de amas-de-leite; queixas de maus tratos da proprietária da casa onde funcionava

a Roda; expostos que apresentavam problemas de saúde.

Uma das maiores preocupações da Comissão dos Expostos era a falta de amas-de-leite, pois, as crianças “enfeitadas” que necessitavam da amamentação, teriam que ser amamentadas fora dos cuidados da matrona, em casa de particulares, com isso não era

possível acompanhar o seu desenvolvimento. Observamos que em 1832, em Sessão da

Câmara Municipal e da Comissão dos Expostos, entrava na ordem do dia a seguinte questão:

“..foi exposto um recém-nascido, na roda, e que por falta de ama, que queira entrar na casa de

expostos, á dera a criar em casa de particular...”.

O juiz da Irmandade mostrou a sua preocupação com este fato:

[...] Foi proposto pelo membro Bellegard de que irá de mister remover o mal de continuarem expostos

a serem amamentados fora das vistas da matrona, e tendo produzido suas razões, foi a este respeito,

era imprescindível neste período a presença de amas-de-leite para a sobrevivência

voto do membro Loyolla que se afixasse editais, convidando amas[...]^{6 8}

expostos. O costume oriundo do antigo regime europeu, do papel das amas-de-leite, escravas

negras que eram alugadas ou compradas por mulheres brancas que não tinham saúde suficiente ou que não desejavam amamentar seus filhos. Transplantada para o Brasil, essa

prática difundiu o aluguel e a compra de escravas para amamentarem os bebês das famílias

brancas.^{6 9} De acordo segundo informações de Lifchitz, muitas crianças cativas eram separadas de

suas mães, sendo privadas do leite materno em decorrência de que as escravas em fase de

lactação eram vendidas ou alugadas pelos seus donos para o aleitamento de crianças brancas,

o que fora fator imperativo para a mortalidade infantil dos filhos de escravas.

Quanto ao problema da insuficiência de amas para a Roda de Expostos de Cabo Frio, a Comissão de Expostos conseguiu finalmente, admitir duas amas para a Casa da Roda:

[...] participarão, os membros, os pontos, e Bellegard que se têm apresentado duas amas, huma

livre de nome Francisca Maria do Espírito Santo, e outra captiva de nome Benedicta, escrava de Anna

Matildes Nogueira; a comissão ordenou que fosse admitidas na casa de caridade[...]^{7 0}

^{6 8} Ibid. p. 68.

^{6 9} LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Livros de Viagem: 1803/1900. Rio de Janeiro: O óbvio e o contraditório da Roda. In:

PRIQUE, Mary del. Op.cit. p. 101.

^{7 0} Câmara Municipal de Cabo Frio, Ata da Legislatura, Ano de 1832, p. 82.

Em virtude de que a Casa dos Expostos apresentava uma pequena quantidade de crianças enjeitadas nos dois anos de funcionamento, a questão da amamentação havia sido solucionada, assim, segundo a comissão, as duas amas seriam suficientes para cuidar dos expostos. Todavia, um fato peculiar acontece nesse período, alterando as práticas de aluguel de amas. Uma das amas contratadas para amamentar as crianças abrigadas na Casa da Roda desistira de permanecer ali, retornando para a residência de sua dona, por sentir saudades de sua filha. O caso foi registrado em sessão de nº 22 do mesmo ano: Anna Matildes Nogueira, saíra voluntariamente da casa dos Expostos no dia 10 do corrente mez, por saudades da filha[...]⁷¹

Tal fato corrobora os estudos voltados para o costume de alugar ou vender escravas ainda em época de lactação, obtendo delas maiores somas, mas, o costume adquiria peculiaridades em algumas rodas de lugares afastados da província, como é o caso ocorrido em Cabo Frio, da escrava Benedicta.

Com relação aos enjeitados recolhidos à Roda em Cabo Frio entre 1830 a 1840, cujo período a casa encontrava-se ainda em construção, observamos que os procedimentos de recolhimento dos expostos não diferiam das demais casas de caridade espalhadas pelo Brasil.

Vale aqui um parêntese, tendo em vista nossa observação com relação às crianças batizadas na Casa da Roda, que por vezes permaneciam com a palavra “Exposto” após o registro do nome, mesmo já em idade escolar, como forma de identificação.

De acordo com o que constatamos em documento de registro de alunos de uma escola pública de Cabo Frio, no local onde estaria explícito o nome e sobrenome do aluno, constava apenas o nome da criança e a inscrição: “Exposto”. Nome do Pai: desconhecido – Nome da Mãe: desconhecido⁷²

Surge aqui o momento para estudos mais aprofundados com relação à inserção da criança exposta na vida escolar, e ainda, quanto a questionamentos acerca do que era feito com a criança ao longo de sua vida. Encontramos registros no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro de dois meninos criados na Roda de Cabo Frio, que aos sete anos de idade foram enviados à Corte e posteriormente lutaram ao lado de soldados na Guerra do Paraguai.⁷³

⁷¹ Câmara Municipal de Cabo Frio. Pasta de Documentos Avulsos da Irmandade de Santa Izabel. Ano de 1837, p. 23.

⁷² Livro de registros de alunos da rede pública de Cabo Frio (1872) – Acervo

⁷³ Doc. Nº 0058 – Arquivo do Estado do Rio de Janeiro -

A Matrona recebia as crianças e logo providenciava o enxoval. Para os recém-nascidos, eram fornecidas roupas de bebê; e os que já se encontravam ali por mais de dois anos e não tinham sido adotados também recebiam vestimentas.

A Irmandade era incumbida de dar assistência à Casa da Roda como fica demonstrada na ordem do juiz da Irmandade ao tesoureiro, para liberar uma quantia ao comerciante João Dias Pinto de Figueiredo, para que fossem providenciadas fazendas e confeccionadas roupas para os expostos:

[...]os expostos estão em muita necessidade devendo o Snr. João Pinto receber a quantia de Rs32\$000 para comprar uma peça de algodãozinho para camizas, dous vestidos de chita, um lenço de morcellina, para cada uma das e

A roupa, além de ser uma necessidade, serviria para uniformizar aqueles que ali estavam. Fica também evidente no documento transcrito a seguir, a preocupação da Comissão de Expostos com a manutenção da Casa da Roda, bem como com o futuro das meninas; para todos, cujo pagamento fosse feito também pelo mesmo Pinto de Figueiredo[...].

Deliberou-se mais que se convide o Irmão Procurador da Irmandade; para quanto antes comparecer nesta cidade, a fim de que, com os demais irmãos membros da Comissão, passar a exigir as jóias dos irmãos residentes nesta cidade, que ainda as não satisfizerão, para que com as quantias que se cobrarem, puder-se acudir as necessidades da casa. Deliberou se que se officie as pessoas em cujas cazas se achão a crear gratuita mente por haver excedido o praso, a fim de que declarem se pretendem

tractar (...)⁷⁵ A preocupação com a educação das meninas é uma constante. O benefício demonstrado até o século XVIII, que dos indivíduos era essencialmente a superfície de quanto antes venhão fazer effectivo esse acto de beneficio por suplicios e penas, mas que a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais a confusão de suplicios, mas a educação que se dá a ser formado, reformado, corrigido, e a educação que se dá a ser de qualidade para que seja capaz de trabalhar. A educação que se dá a ser de trabalho responde à função que é a educação. Apontou finalmente a comissão que era necessário crear se um

⁷⁴ Ata da Câmara Municipal de Cabo Frio, 1831, p. 70.

⁷⁵ Documento avulto, 1ª Sessão da Comissão administrativa de 30 de

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Editora Nau. Julho de 1949. 2003. p. 119

Os que não ficavam na casa eram tratados fora, por particulares, que até ficavam com a criança de graça, sendo responsáveis por sua amamentação e cuidados. Se fossem amas pobres recebiam a ajuda da comissão:

[...] reunidos os membros da comissão administrativa a Roza Maria Nunes, ama do exposto Francisco Evaristo que tinha em seu poder para entregar no fim do mez de dezembro do anno próximo passado à matrona da casa dos expostos, a qual depois de Preocupada com a amamentação dos expostos da Casa da Roda e com as altas taxas de mortalidade, a comissão da Irmandade de Santa Izabel resolve, nos fins de 1837, instituir o uso das mamadeiras para as crianças, segundo do cumentos fragmentados e reconstituídos:

[...]foi exposto pelo presidente à comissão que achando-se modernamente reconhecido no Brasil, [-4-]7 8 de diversos exemplos, as vantagens, (ilegível) das garrafinhas denominadas – Amas Inglesas – quando empregadas para amamentação das crianças, pedia a comissão houvesse de authorizar ao respectivo Officio Imo. Senhor – Encarregado a Vossa Senhoria a Comissão de Expostos. De empregar estas garrafinhas até a quantia de 6\$rs. na compra do possível número de [-7-]8 0 que custo não excedesse a quantia de 6\$rs. Recebe esta proposta denominada T. A. XIX, ou “Amas Inglesas”, como eram chamadas, foi considerada por esta Irmandade, e se fez ensaio na amamentação dos Expostos deste termo. Deus guarde a V. s. 8 1

A introdução da mamadeira denominada T. A. XIX, ou “Amas Inglesas”, como eram chamadas, foi considerada por esta Irmandade, e se fez ensaio na amamentação dos Expostos deste termo. Deus guardando a V. s. 8 1 possibilitando, para a Irmandade, um pallativo para tentar solucionar a carência das amas-de-leite.

Com a inauguração do C haritas, em 1840, a matrona, D. Victorina Amália passa a viver na casa destinada ao recolhimento dos enjeitados, bem como fora providenciada a remoção da Roda de Expostos da casa da matrona para o prédio dos Expostos, o que caracterizou o início uma nova fase de assistência às crianças enjeitadas em Cabo Frio.

Em 1842, foram acolhidos 52 expostos. Mas, a alta taxa de mortalidade preocupava os membros da Irmandade e, de um modo geral, à sociedade cabofriense.

7 7 Câmara Municipal de Cabo Frio. Documentos Avulsos da Irmandade de Santa Izabel. Norma paleográfica: significa que havia no local uma palavra de quatro letras borrada ou fragmentada por avulso fragmentado – paleografado por Margareth Silva Rodrigues Alves – D.A. Bem no documento havia no local uma palavra de sete letras.
n.º 313 CMCF

Cada vez mais morriam crianças, em decorrência das epidemias que assolavam o município ou de complicações de saúde que apresentavam os bebês logo que chegava a casa. O juiz da Irmandade apresentou em 1843 a estatística de mortos da Casa da Roda, no intuito de que a comissão conseguisse dirimir tal problema. Das crianças que foram expostas, quase a metade havia falecido:

“... vereis que dos 52 recolhidos à casa desde 1833 a metade tem morrido e que em cada um dos annos he sempre a mortalidade nessa razão, na verdade mui forte...”⁸² E tenta achar explicações para isto, colocando que:

“A matrona, D. Victorina Amália, admittida em 1834, tem prehendido[sic] de uma maneira satisfatória suas obrigações. Amorosa para seus educandos, e ao mesmo tempo soffrega, conserva-os no devido respeito e odediencia, que muito convem, e ao mesmo tempo imprime-lhes a affectividade de que elles muito necessitam. A vista daquelle que os aguarda. Elle[sic] recebeu até 1840 12\$000 reis de mensaes, mas em 1841 de sua mortalidade: 2^a que todos os mortos destes 3 annos se achavão fora (duas crianças de 1833, 1 de 1835, 1 de 1838, 1 de 1839, 1 de 1840, 1 de 1841) tendo eu observado que alguns doentes se tem recolhido para o estabelecimento, deo-se-lhe 20\$000 reis. Essa quantidade de pouco tempo melhorado e gozão hoje de saúde. Apenas isto vos aponto, para atrever-me por ora de taes considerações a tirar casa os quatro orphaos desamparados, filhos de Joaquim pinto e Assumpção, vindo se nella com esses a reunir nove educandos. Tanto naquellas, como nesta ultima se comprehendem seu ordenado e comedorias para todos. Pelo Quadro nº 1 vereis quaes os expostos vivos, que tem recebido a Roda desde 1833. São ao todo 18, incluídos aquelles orphaos: 2 forão já mandados para a Corte em 31 de outubro passado à disposição do Governo; 9 se achao creando fora, dos quaes 3 estão grátis; e 7 se achão recolhidos à Casa tendo concluído o tempo da criação. São do sexo masculino 9, e do feminino outros tantos; sendo 2 da exposição do anno de 1833 – 2 da do anno de 1835 – 4 do anno de 1838 – 1 de 1839 – 1 de 1840 – e 8 de 1841. Do Quadro nº 2 conhecereis quaes os expostos que tem morrido e de que tempo da exposição. São ao todo tambem 18 e pertencem a à exposição de anno de 1833 – 1; de 1835 – 2; de 1840 – 3; de 1841 – 1. Ao todo 12 do sexo masculino, e 6 do feminino. Assim, à visto do Quadro nº 3 vereis que de 36 recolhidos à Casa desde 1833, a metade tem morrido e que em cada um dos annos he sempre a mortalidade nessa razão, na verdade mui forte. Entretanto devo fazer-vos duas observação – a 1^a he que a maior parte dos expostos cahem na roda doentes, e maltrados[sic], sendo essa a meu ver uma das causas de sua mortalidade: 2^a que todos os 7 mortos destes 3 annos se achavão fora, tendo eu observado, que alguns doentes que se tem recolhido para o estabelecimento, tem dentro de pouco tempo melhorado e gozão hoje boa saúde. Apenas isto vos

⁸² Ibid, p. 39

⁸³ Ibid, p. 49

aponto, sem atrever-me por ora de taes considerações a tirar consequência alguma.

Procedemos exaustivamente a pesquisa no arquivo histórico da Câmara Municipal, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo e Biblioteca Nacional no sentido de encontrar os quadros mencionados, porém não obtivemos êxito.

Constatamos através dos estudos da documentação acerca da Casa da Roda, que a assertiva: "Amorosa para seus educandos, (...)", não significa que a matrona servia também como educadora no sentido de ensinar a ler ou escrever mas no sentido literal da palavra educar; 'educar' vem do latim educare, por sua vez ligado a educere, verbo composto do prefixo ex (fora) + ducere (conduzir, levar), e significa literalmente 'conduzir para fora', ou seja, preparar o indivíduo para o mundo. É interessante observar que o termo 'educação' em português possui uma conotação não encontrada na palavra education do inglês. Enquanto que em português a palavra pode ser associada ao sentido de boas maneiras, principalmente no adjetivo 'educado', em inglês educated refere-se unicamente ao grau de instrução formal.

É apontado como um dos motivos das mortes dos expostos, a saída das crianças da Casa da Roda. Aquelas que necessitavam de amamentação, não dispondo de amas suficientes, eram levadas para serem criadas fora da instituição.

Questiona-se novamente o problema das amas-de-leite. A necessidade de tais mulheres era urgente, e muitas não apresentam gosto em estar na Casa da Roda, mesmo sendo

pagas pelo serviço prestado, como demonstra o documento da Irmandade: [...] Achei as amas pela maior parte a 12\$000 reis mensais, e tenho conseguido reduzir essa despesa à 10\$000 e à 8\$000 reis, não sendo possível entretanto muitas vezes deixar de aceitar-las por preço maior pela carestia, que dellas há, necessidade que dellas no momento se tem[...]

85 É importante ressaltar que o documento não deixa explícito os dizeres "alugu el de amas", apenas que elas eram pagas para tal serviço, distinguindo-se de algumas rodas, como a da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Pernambuco, onde as amas eram alugadas pelos seus senhores.

E ainda, é reforçado, no mesmo documento a idéia de que as melhores amas seriam as negras: "...cumpre aqui declarar-vos que tendo feito requerimento à Sua Majestade o Imperador na inscripção da Casa de Aduanas de Santa Izabela de Cabem Mesa, tive a honra de que seria a Irmandade attendida..."

2. I., 24 anos, branca – casamento realizado em 01 de outubro de 1884;
3. A., 25 anos, parda – casamento realizado em 24 de janeiro de 1885;
4. M., 24 anos, branca – casamento realizado em 24 de novembro de 1888;
5. C., 22 anos, parda – casamento realizado em 30 de março de 1889;
6. G., 28 anos, branca – casamento realizado em 23 de setembro de 1894.

Constatamos em tais documentos de núpcias, como também nos já mencionados registros escolares, que ao longo da vida as crianças depositadas à Roda, carregavam consigo

o estigma de ter sido exposta, uma vez que a palavra “ex posta” aparece sempre complementando o sobrenome e na falta deste, o próprio nome.

Em 1896, a Mesa Administrativa da Casa de Caridade, solicita à Câmara esmola para concluir as obras do seu hospital, Hospital Santa Izabel.

A Irmandade de Santa Izabel, além da Casa da Roda, era também responsável pelo cemitério de Santa Izabel e pelo hospital de Santa Izabel, ambas as instituições estão em pleno funcionamento até a presente data.

Encontramos documentos na Câmara Municipal de Cabo Frio que comprovam o pleno funcionamento da Casa da Roda no ano de 1920. Em Ata da Câmara Municipal em “ofício

enviado à Câmara de Nova Iguaçu comunicando a mesma sobre a eleição da Mesa, do Juiz da Irmandade de Santa Izabel da Caridade de Cabo Frio”⁸⁹.

Em livros de registros de alunos das escolas públicas municipais, nos períodos de 1936 até 1941, não encontramos menções a alunos oriundos da Casa da Roda, o que nos leva

a crer que a Casa da Roda foi extinta entre os anos de 1921 a 1936.

Diversas instituições voltadas para o abrigo e assistência de crianças abandonadas foram sendo criadas no decurso do tempo em Cabo Frio.

Em 1927 foi implantado o Código de Menores⁹⁰, porém, o mesmo legislava sobre os menores de idade que eram qualificados segundo sua conduta: “Expostos eram os menores de sete anos, os menores de dezoito anos eram os abandonados, os que esmolassem ou vendessem pelas ruas eram considerados ‘vadios’, e os que freqüentassem prostíbulos eram chamados de ‘libertinos’”.

Com a vigência do Código de Menores, extinguiu-se a Roda de Expostos, que, no entanto teve vigência até o final da década de 1940.

⁸⁹ Livro de Atas da Câmara Municipal de Cabo Frio nº 15
⁹⁰ O DECRETÓRIO LEI nº 17943 de 12 de outubro de 1927

Conclusão

O funcionamento da Roda dos Expostos como instituição mantenedora e os mecanismos que movimentaram a sociedade no processo de abandono de crianças, decorriam de imposições morais e econômicas; eram as conseqüências da miséria que assolava a população liberta e livre do século XIX.

Nota-se que a partir do século XIII, na Europa que a Igreja e o Estado unem-se no sentido de buscar dirimir o recorrente problema de exposição de crianças criando instituições de acolhimento, ou seja, a Roda de Expostos.

Havia também a preocupação em garantir aos recém nascidos, a proteção do sacramento contra o limbo⁹¹ e ainda, o temor do reaparecimento do infanticídio nas cidades.

No Brasil, no final do século XIX, houve transformações no contexto histórico e social. Foram instituídos novos mecanismos assistencialistas envolvendo políticas jurídicas e médicas. O aumento do abandono de crianças e a crescente taxa de mortalidade infantil provocaram o desenvolvimento da filantropia e de instituições de abrigo a crianças por todo o país.

Apesar das altas taxas de mortalidade, uma parcela dos enjeitados conseguia sobreviver à primeira infância, o que consistia numa preocupação para o Poder Público.

As Rodas de Expostos amparavam as crianças até os sete anos de idade e tiveram sempre a preocupação quanto ao futuro de suas crianças, buscavam inseri-los em casas de famílias ou prepará-los para conduzir suas próprias vidas.

O Recolhimento⁹² das orfãs, admitia meninas que vinham sendo criadas na Roda dos Expostos. Mantinham-nas até que fosse encontrado um lar ou um casamento.

Foram raras as instituições criadas para proteger os meninos, já que os mesmos não eram alvos das preocupações com relação a honra e a virtude como eram as meninas, assim, muitos meninos negros e mulatos foram transformados em escravos pelas próprias amas, outros acabavam por conquistar o amor, o carinho ou a compaixão de amas mais sensíveis sendo criados em suas casas⁹³.

Em fins do século XIX e início do século XX ocorrera na Casa da Roda uma mudança de sua característica de instituição de acolhimento, uma vez que seus dois sustentáculos foram sendo abolidas: as amas de leite, acusadas de serem as principais causadoras da mortalidade

⁹¹ Lugar onde, segundo a teologia católica, estão as almas mortas.

⁹² Segundo Marcílio, termo usado para identificar instituições femininas de reclusão, sem batismo.

⁹³ MARCÍLIO, Maria Luiza. Documentação: fontes para o estudo da criança: período caritativos ou educacionais, para resguardar a honra e a virtude da mulher. colonial e imperial.

infantil e a discriminação com relação a identidade dos pais da criança. Passou-se a registrar os nomes dos pais, ou pelo menos da mãe da criança, o que levou a Casa da Roda a perder sua razão de ser.

A partir da república, creches, jardins-de-infância e escolas maternais começaram a serem criados no Brasil como as primeiras iniciativas atreladas às instituições educacionais ou de assistência social.

Cabo Frio, no século XIX, era uma cidade de economia crescente, exportadora de peixes salgados e de sal. Tinha uma agricultura diversificada, além da criação de gado.

Através da pesquisa na documentação pertencente à Câmara, constatamos alguns equívocos acerca da trajetória da Casa da Roda, como por exemplo: há na entrada do estabelecimento, uma placa com o nome do fundador: Major Luiz de Niemeyer Bellegard. Ora, tal nome foi preservado nos anais da história, em virtude de que constava na planta arquitetônica da Casa da Roda a assinatura do engenheiro responsável pela obra, bem como também no projeto de arruamento da cidade de Cabo Frio. No entanto, o grande idealizador da Casa da Roda, o homem que mobilizou a Câmara dos “homens bons”, para que voltassem o olhar para os “enjeitados”, foi o Vereador Alexandre Manoel de Araujo Pontes, o Irmão Pontes. Foi ele quem apresentou à Câmara, o projeto de autoria do Engenheiro Major Luiz de Niemeyer Bellegard.

Cabe ressaltar, que o Major Bellegard acabou fazendo parte da Comissão dos Expostos, tornando-se Juiz da Irmandade de Santa Izabel e como os demais membros daquela instituição, realizou importante trabalho no acolhimento e proteção dos expostos de Cabo Frio.

Outro equívoco, ocasionado por certo pela dificuldade que outros pesquisadores encontraram na leitura dos documentos, está relacionado à data de fundação e o lançamento da pedra fundamental. O prédio teve sua pedra fundamental colocada no ano de 1836, as obras se iniciaram no ano de 1837 e a inauguração de uma parte do prédio, aconteceu no ano de 1840. O prédio do Charitas somente ficou completamente pronto ano de 1841.

A Casa da Roda, o Charitas de Cabo Frio, não teve um número expressivo de crianças criadas na instituição, uma vez que ficou evidenciado através desta pesquisa que a maior parte dos expostos eram colocados na Roda “doentes e maltratados”, todavia ficou claro também que a Comissão responsável pelos expostos marcou indelevelmente a vida dos mesmos, visto que angariava recursos ou destituía matronas que não eram consideradas “amorosas para seus educandos”.

A casa onde a Roda de Cabo Frio foi por último instalada, existe ainda hoje conservando todas as características do período setecentista e funciona como um espaço cultural, onde são feitas exposições de artistas plásticos e manifestações culturais de diversas áreas. No entanto, a própria Roda não foi encontrada.

Para concretização desta dissertação, percorremos um longo percurso de grandes desafios. Desde a escolha do tema, do marco temporal a ser pesquisado, utilização de técnica de restauro, aplicação da técnica paleográfica, até a análise dos dados coletados. Todo o processo foi bastante enriquecedor.

Estamos cientes de que a pesquisa sobre a Casa da Roda de Cabo Frio é pioneira, todavia, no decurso do processo investigativo alguns fatos importantes podem ter sido suprimidos, não propositadamente, com o intuito de priorizar o que consideramos imprescindível, mas como um processo de construção.

Acreditamos, portanto, não ser possível trabalhar uma investigação na sua totalidade, uma vez que o segredo da pesquisa consiste em instigar a curiosidade e proporcionar o procedimento de novos estudos.

Esta Dissertação pode servir de suporte às futuras pesquisas sobre a Roda dos Expostos, Casa da Roda e crianças “enfeitadas”, bem como inspirar os trabalhadores, que no campo da assistência se dedicam às crianças abandonadas.

Esperamos com este estudo, contribuir com a historiografia sobre as políticas públicas voltadas para o abandono de crianças no Brasil, e conseqüentemente, proporcionar discussões sobre a importância social da criança.

•
ARANTES, Esther Maria Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In Pilotti e Rizzini, I. (orgs) A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro EDUSU/AMAIS/ Inst. Interam. Del Nino. 1995.

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BERANGER, Abel. Dados Históricos de Cabo Frio. Publicação – Projeto 500 anos de História. 3ª Ed. Cabo Frio, RJ.

BOUTIER, Jean e Julia, Dominique: Passados Recompostos. Rio de Janeiro. 1998.

BROCHERO, LUIS. Discurso breve sobre el uso de exponer los niños. 1629.

CÂMARA, Municipal de Cabo Frio – Atas.

CÂMARA, Municipal de Cabo Frio – Série, Coleção: Otacílio Ferreira.

CUNHA, Márcio Werneck da. América de Américo. Ed. Ágama. 2004.

CUNHA, Perses Maria Canellas. Da Senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org). Relações Raciais e Educação: alguns determinantes. Cadernos PENESB, nº 1. Niterói: Intertexto, 1999.

DONZELOT, Jacques. A Polícia das Famílias. Ed. Graal. Rio de Janeiro, 1986.

ESCHILETTI, Homero Farias. Filho di Nessuno. Ed. Est. Porto Alegre. 2005. p. 80

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Editora Abril. São Paulo. 2000.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo. Ed. Alfa e Omega. 1975.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Livros de Viagem: 1803/1900. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. O óbvio e o Contraditório da roda. In: PR IORI, Mary Del (or g). História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

LIMA, Lana Lage da Gama, VENÂNC IO, Renato Pinto. O abandono de crianças Negras no Rio de Janeiro. In: PR IORI, Mary Del (o rg). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

MARC ILIO, Maria Luiza. Documentação: fontes para o estudo da criança: período colonial e imperial. In:
RIZZINI, Irmã (org). Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro. USU. Editora Universitária. 20 00.

_____. A Roda dos Ex posto e a criança abandonada na História do Brasil (1726 – 1950)

In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). História Social da Infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2001.

MASSA, Hilton. Cabo Frio: Histórico – Político. Rio de Janeiro: Inelivro, 1980.

_____. Cabo Frio: Nossa terra, nossa gente. Rio de Janeiro: Dinigraf, 1996

Memória Histórica da Cidade de Cabo Frio – apostila de 1797

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à Vitória da Ordem. In: LINHAR ES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. 9ª edição. R io de Janeiro: Campus, 1990.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RAMIREZ, Maria Himelda. Los Discursos sobre el abandono a La infân cia em La sociedad Barroca De Santa Fé de Bogotá, Siglo XVII

SOUZA, Laura de Mello. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas em
Mary
Del (org). História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

WOOD, Rosel. A.J.D. Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa de Misericórdia
1775. Brasília. Ed. UNB, 1981.